Auditoria de manejo florestal realizada por:

Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil, 13400.970
Tel e Fax: +55 19 3429 0800
www.imaflora.org

CF_MOD_21_00

Resumo Publico de **Avaliação de Certificação 2016** do Manejo Florestal da:

ASPEX – Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia - G3 em Eunápolis - BA

Relatório finalizado:	17 de dezembro de 2015.
Data de auditoria:	19 a 23 de outubro de 2015
Equipe de auditoria:	Ricardo Michael de Melo Sixel Karla Rocha Antiqueira Ribeiral
Responsável pelo processo no Imaflora	Ellen Keyti Cavalheri
Código de certificação:	IMA-CoC-0009
Emissão do certificado:	13 de abril de 2016
Expiração do certificado:	12 de abril de 2021
Contato do empreendimento:	Gleyson Araújo de Jesus
Endereço escritório central	Rua Demétrio Couto Guerrieri, 285 - Centro - Eunápolis - BA
Responsável pelo Manejo Florestal	Gleyson Araújo de Jesus
Contato do Responsável pelo Manejo Florestal	aspexba@aspexba.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIAÇÕES 3

1. INTRODUÇÃO 4

2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF 4

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO 5

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOECONOMICO 5

5. PROCESSO DE AUDITORIA 6

5.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES 6
5.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA FASE II 6
5.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO: 10

6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS 11

6.1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA A PARTES INTERESSADAS 11
6.2. COMENTÁRIOS RECEBIDOS NA CONSULTA PÚBLICA E TRATAMENTO DAS DEMANDAS 13
6.3. DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRS) 14
6.4. OBSERVAÇÕES 15
6.5. CONCLUSÕES DE AUDITORIA 16

ANEXO I – Escopo do EMF 17

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas 21

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal 24

ANEXO IV – Critérios de elegibilidade para certificação de grupo de produtores florestais 55

ANEXO V – Análise crítica para decisão de certificação 58

SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AAVC	Atributo de Alto Valor para a Conservação
APP	Área de Preservação Permanente
ASPEX	Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia
BR	Brasil
EMF	Empreendimento de Manejo Florestal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FM	Manejo Florestal (*Forest Management)*
FSC	*Forest Stewardship Council* ou Conselho de Manejo Florestal
IFC	Inventário Florestal Contínuo
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITR	Imposto Territorial Rural
NA ou N/A	Não Aplicável
NCR	Relatório de Não Conformidade
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCF	Programa de Certificação Florestal
P&C	Princípios e Critérios
PMF	Plano de Manejo Florestal
PREV	Plano de Revegetação e/ou Enriquecimento da Vegetação
PTEAS	Projeto Temático, Econômico, Ambiental e Social
PPF	Programa Produtor Florestal
RA	Rainforest Alliance
RL	Reserva Legal
SLIMF	Florestas pequenas e com baixa intensidade de manejo (*Small and Low Intensity Managed Forest*)
UMF	Unidade de Manejo Florestal

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de avaliação foi analisar a performance ambiental, social e econômica do manejo florestal da ASPEX – Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia - G3 conforme definido pelos princípios e critérios estabelecidos na ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais e pelas normas estabelecidas pelo sistema certificação FSC® (*Forest Stewardship Council™)*.

Este relatório apresenta os resultados de uma auditoria independente de avaliação de certificação conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais. O relatório descritivo do processo de avaliação de certificação FSC pode ser acessado através do website do FSC internacional (http://info.fsc.org/).

A seção 6 deste relatório descreve as conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 e as ações de seguimento solicitadas ao empreendimento por meio de suas não conformidades identificadas.

As informações descritas nos itens 2; 3 e 4 deste relatório foram extraídas de documentos fornecidos pelo EMF, tais como Plano de Manejo e procedimentos operacionais, sendo sua veracidade analisada durante as atividades de campo através da análise dos indicadores descritos no Anexo III.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreende planejamento da auditoria, avaliação e certificação e decisões, são de responsabilidade do mesmo que não subcontrata nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicas.

Resolução de conflito: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços, se identificados, são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF

Tendo em vista o aumento da atividade de produção de florestas plantadas de eucalipto na região do extremo sul da Bahia, os produtores florestais da região, perceberam a necessidade de se organizar em grupo, de modo a compartilhar conhecimento, melhores práticas para a atividade, além de fortalecer o mercado madeireiro da região.

Dentro deste contexto surge a ASPEX - Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia - fundada em 26/08/2006, com sede no município de Eunápolis/BA. Atualmente a associação reúne 86 associados, todos produtores de eucalipto na região, sendo estes plantios particulares ou vinculados à indústria.

Como missão, a Associação busca atuar no agronegócio do Extremo Sul da Bahia, pautada no profissionalismo e embasada no tripé da sustentabilidade. Portanto, os produtores associados praticam a atividade rural por meio de processos que buscam ser socialmente justos, ambientalmente adequados e economicamente viáveis, posto que compete à ASPEX atender aos interesses econômicos de seus associados.

Os Produtores Florestais Integrados – G3 estão vinculados ao Programa Produtor Florestal (PPF) da Veracel Celulose S.A. Este programa está baseado na prática de plantio de florestas em parceria com a empresa para suprimento de parte da demanda de sua fábrica, o que representa uma oportunidade de agronegócio na região. Por meio do Programa Produtor Florestal, a Veracel Celulose S.A. financia o custeio das operações e fornece como incentivo recursos como mudas, formicidas, fertilizantes e assistência técnica.

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO

As áreas licenciadas dos Produtores Florestais Integrados – G3 localizam-se no sul e extremo sul do Estado da Bahia, totalizando 13.722,49 ha de plantios de eucalipto. Estão distribuídas em sete municípios: Itagimirim, Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Mascote, Eunápolis, Canavieiras, Guaratinga, cuja base territorial perfaz 9.154,68 km², que correspondem a 915.468,00ha.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOECONOMICO

A região onde estão inseridos os Produtores Florestais Integrados – G3 está próxima à Costa do Descobrimento, que tem forte potencial turístico pela diversidade de suas praias, dunas e falésias.

Na primeira metade do século XVI iniciou-se a introdução da cana-de-açúcar na região. No século XVII, após várias crises da cultura da cana, teve início outro ciclo, efetivado a partir do início do século XVIII. Nesta época o comércio de madeira era intenso e no final do século houve a introdução do algodão, café e cacau.

No século XIX ocorreu a consolidação da cultura do cacau e, em consequência, de outras culturas relacionadas àquela. Porém, a partir do final do século XX o cacau passa a sofrer séria crise em função da baixa produtividade, da concorrência internacional e do surgimento de pragas e doenças.

A degradação dos recursos naturais da região, mais especificamente dos componentes florísticos da Mata Atlântica, iniciou-se em meados do século passado, atingindo seu auge nas décadas de 1960 e 1970.

Na década de 1970, a construção da BR - 101 e de suas derivações acelerou ainda mais o processo de degradação, facilitando a disseminação de centenas de serrarias e carvoarias por toda a região.

O processo de ocupação da região resultou na conversão da floresta nativa em uma imensa área de pastagem degradada, entremeada por remanescentes da Mata Atlântica bastante descaracterizados.

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, no ano de 2008 o uso econômico de terras na região configurava-se como: 21% com eucaliptocultura, 55% com pastagens, 14% com cobertura vegetal nativa e 7% com demais usos.

5. PROCESSO DE AUDITORIA

5.1. Auditores e qualificações

a) Auditoria Fase I:

Nome do auditor	Ellen Keyti Cavalheri	Atribuições do auditor	Responsável pelo processo.
Qualificações	Coordenadora de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance. Licenciada em Ciências Agrárias e Engenheira Florestal formada pela ESALQ/USP, representante da Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui formação adicional em cursos de formação e atualização para auditores promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance e formação de auditora líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001.		

b) Auditoria Fase II:

Nome do auditor	Ricardo Michael de Melo Sixel	Atribuições do auditor	Auditor líder
Qualificações	Engenheiro Florestal, mestre em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência em empresa de consultoria nas áreas de gestão florestal, financiamento rural, conservação e silvicultura. Consultor do Imaflora/Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui formação adicional em curso sobre ISO 14001 (Auditor Líder) e cursos de atualização para auditores e formação de líderes do Imaflora/Rainforest Alliance.		
Nome do auditor	Karla Rocha Antiqueira Ribeiral	Atribuições do auditor	Auditora
Qualificações	Engenheira florestal pela ESALQ/USP, com experiência empresarial em planejamento, silvicultura e inventário florestal em reflorestamento de grande porte na região sul, sudeste e norte do Brasil. Consultora do programa de certificação florestal do IMAFLORA/Rainfoest Alliance em avaliações e auditorias de certificação desde 2002.		

5.2. Cronograma de auditoria fase II

Data	Localização / principais sítios	Principais atividades
19/10/2015	Escritório da ASPEX (Eunápolis – BA).	- Reunião de abertura e planejamento das atividades de campo.
20/10/2015	PPF 072 (Belmonte/BA).	- Plantios de eucalipto com 7 anos de idade - Aspectos gerais de conservação de remanescentes naturais e recursos hídricos. - Aspectos gerais das plantações florestais: sanidade, índice de mortalidade, produtividade. - Análise do mapa de campo. - Aspectos gerais das estradas e aceiros.
	PPF 123 (Belmonte/BA).	- Plantios de eucalipto com 6 anos de idade - Entrevista com trabalhadores próprios - Moradia - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	PPF 082 (Belmonte/BA).	- Plantios de eucalipto com 2 anos de idade - Aspectos gerais de conservação de remanescentes naturais e recursos hídricos. - Aspectos gerais das plantações florestais: sanidade, índice de mortalidade, produtividade. - Análise do mapa de campo. - Aspectos gerais das estradas e aceiros.
	PPF 124 (Belmonte/BA).	- Visita ao PPF-124 do Grupo G2 ASPEX;
	PPF 116 (Itagimirim – BA).	- Aspectos gerais das plantações florestais; - Análise do mapa de campo; - Entrevistas com trabalhadores residentes na fazenda, aspectos de saúde e segurança e meio ambiente, condições de moradia e treinamentos; - Conservação dos remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
	PPF 101 (Itagimirim – BA).	- Aspectos gerais das plantações florestais; - Análise do mapa de campo; - Pilhas de madeira no campo; - Conservação dos remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
	PPF 103 (Itagimirim – BA).	- Aspectos gerais das plantações florestais; - Análise do mapa de campo;

		- Conservação dos remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
	PPF 105 (Eunápolis – BA).	- Atividade de preparo do solo; - Entrevista com trabalhadores terceiros; - Condições gerais de máquinas e equipamentos; - Áreas de vivência, EPIs, procedimentos operacionais, equipamentos de primeiros socorros; - Transporte dos trabalhadores; - Conservação dos remanescentes naturais; - Análise do mapa de campo; - Conservação de estradas e aceiros.
	Comunidade Barrolândia.	- Entrevista com partes interessadas.
21/10/2015	PPF 094 – (Mascote/BA).	- Plantios de eucalipto com 9 anos de idade - Aspectos gerais de conservação de remanescentes naturais e recursos hídricos. - Aspectos gerais das plantações florestais: sanidade, índice de mortalidade, produtividade. - Análise do mapa de campo. - Aspectos gerais das estradas e aceiros.
	PPF 093 (Mascote/BA).	- Plantios de eucalipto com 9 anos de idade - Aspectos gerais de conservação de remanescentes naturais e recursos hídricos. - Aspectos gerais das plantações florestais: sanidade, índice de mortalidade, produtividade. - Análise do mapa de campo. - Aspectos gerais das estradas e aceiros. - Visita a frente operacional de construção e manutenção de estradas florestais. - Entrevistas com trabalhadores florestais terceirizados. - Entrevista com morador de fazenda. Visita ao cômodo de agrotóxicos e produtos químicos.
	PPF 113 (Mascote/BA).	- Plantios de eucalipto com 9 anos de idade - Aspectos gerais de conservação de remanescentes naturais e recursos hídricos. - Aspectos gerais das plantações florestais: sanidade, índice de mortalidade,

	Sindicato Trabalhadores Rurais (Eunápolis – BA). Escritório da 2Tree (Eunápolis – BA).	produtividade. - Análise do mapa de campo. - Aspectos gerais das estradas e aceiros. - Entrevista com parte interessada. - Análise documental.
22/10/2015	Escritório da ASPEX (Eunápolis – BA).	- Análise documental; - Entrevista com os gestores do grupo e parceiros; - Reunião de consolidação da equipe.
23/10/2015	Escritório da ASPEX (Eunápolis – BA).	- Reunião de encerramento; - Apresentação dos resultados de auditoria.

Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 22
= número de auditores participando 02 multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas 11

5.3. Descrição das etapas do processo de avaliação:

5.3.1. Visita prévia (se aplicável)

Após análise e avaliação da documentação apresentada pelo grupo candidato, e considerando a experiência do Imaflora com relação a processos com o nível de complexidade apresentada e, principalmente, o conhecimento prévio do grupo candidato pelo Imaflora, obtido nos processos de certificação pelo sistema FSC, foi dispensada a realização da visita prévia à unidade de manejo florestal.

5.3.2. Auditoria inicial (auditoria fase I)

Tem a função de:

a) Fornecer subsídios para o planejamento da auditoria fase II, por meio do conhecimento sobre o manejo florestal do empreendimento candidato, com base nos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria;
b) Verificar junto aos órgãos públicos competentes o cumprimento da legislação, segundo o Princípio 1;
c) Identificar as partes interessadas a serem convidadas para a consulta pública, por meio de levantamento direto e indicações do empreendimento;
d) Realizar uma consulta prévia sobre o processo de certificação, envolvendo as partes interessadas e estabelecendo um período não inferior a 30 dias para o recebimento de comentários.
e) Nesta fase também pode ocorrer uma visita de campo para melhor compreensão do empreendimento e planejamento da auditoria fase II.

Foram examinados diferentes documentos apresentados pelo grupo candidato, com o objetivo de avaliar preliminarmente o atendimento dos princípios, critérios e indicadores conforme a norma da ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do grupo para receber auditoria.

Segue descrição dos documentos avaliados:

- Politica de Gestão Integrada ASPEX;
- Procedimentos operacionais de silvicultura, colheita, construção e manutenção de estradas, entre outros;
- Certidões de débitos tributários junto às receitas Federal e Estadual;
- Certidões de débitos junto ao FGTS;
- Certidões de ações junto às justiças do Trabalho, Federal e Estadual (ações cíveis e penais);
- Documentos relativos ao desempenho ambiental do empreendimento, incluindo registros de cumprimento com as legislações florestal e ambiental.

A verificação do cumprimento da legislação deu-se por meio da solicitação das certidões e documentos acima descritos. Os documentos examinados permitiram constatar uma consistência mínima suficiente para justificar a viabilidade da realização da auditoria fase 2, a ser realizada pelo período de cinco dias contemplando uma equipe composta por dois auditores. A auditoria fase 2 incluirá visitas a frentes operacionais e de importância ambiental, comunidades e órgãos públicos, além do exame mais detalhado de documentos e entrevistas com trabalhadores e membros pertencentes ao grupo e ao escopo sob avaliação.

A identificação das partes interessadas ocorreu por meio de uma lista apresentada pelo grupo candidato e listas estratégicas mantidas pelo Imaflora em seu banco de dados, resultantes de experiências anteriores na região. Foi efetuada uma consulta prévia por e-mail, considerando as partes interessadas identificadas e os prazos estipulados para o recebimento de comentários. Adicionalmente, foi efetuada uma divulgação na página eletrônica do Imaflora, bem como uma divulgação em instrumentos de mídia locais. Novas partes interessadas podem ser identificadas e consultadas durante todo o processo de recertificação.

Conforme descrição já efetuada no item 5.3.1, foi dispensada a realização de visita de campo durante esta fase da auditoria.

5.3.3. Auditoria inicial (auditoria fase II):

Após todas as constatações da auditoria fase I, inicia-se a auditoria fase II nas dependências do empreendimento para avaliar a implementação dos requisitos da norma. Foram realizadas visitas de campo em dez propriedades pertencentes a membro do grupo de certificação, sendo oito com áreas entre 100 ha e 1.000 ha e duas com áreas entre 1.000 e 10.000 ha. Dois auditores em dois dias de campo visitaram sessenta frentes de atividades do EMF. Durante as visitas de campo, foi realizada a visita em uma comunidade componente da rota dos caminhões que transportam madeira do grupo de certificação.

Nesta fase também foi realizada a reunião pública para coletar comentários das partes interessadas, na mesma comunidade que pertence à rota dos caminhões de transporte de madeira. Não foram observados comentários significativos referentes às atividades na região de ocorrência do EMF.

Por fim, os trabalhos de auditoria seguiram pela análise de documentos do EMF, considerando os diversos itens da norma ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável.

5.3.4. Tratamento de não conformidades

Caso seja identificada alguma não conformidade durante o processo, o empreendimento deve tratar a mesma, e a evidência objetiva de cumprimento é requisito para emissão do certificado.

5.3.5. Comissão de certificação

O processo de certificação do grupo passará pela avaliação da comissão de certificação que irá emitir seu parecer referente ao relatório apresentado e à recomendação presente no documento, embasando assim a tomada de decisão a ser realizada pelo Imaflora.

6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

6.1. Descrição do processo de consulta a partes interessadas

Durante a avaliação foram conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais e outras partes interessadas. O objetivo da estratégia de consulta a partes interessadas para a avaliação foi:

1) Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos.
2) Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais.
3) Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

Esse processo não constitui somente uma notificação, mas sim, sempre que possível, uma interação detalhada e significativa com as partes interessadas. O processo de consulta a partes interessadas não se encerra após as visitas de campo, podendo ter continuidade inclusive após a decisão de certificação. O Imaflora estimula, a qualquer momento, comentários sobre operações certificadas e utiliza-se de tais comentários, se aplicáveis, em auditorias de campo.

Previamente à auditoria de monitoramento de certificação foi realizado um amplo processo de consulta pública, incluindo a elaboração de uma lista de partes interessadas. O processo de consulta a partes interessadas foi iniciado em 23 de setembro de 2015.

Uma reunião pública também foi agendada para recolher contribuições das partes interessadas. O objetivo da divulgação foi informar a população sobre a presença dos auditores do Imaflora na área de manejo florestal dos grupos certificados da Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia (ASPEX), no município de Eunápolis, estado da Bahia, e nos colocar à disposição para receber as contribuições e comentários da população em geral e de todas as partes interessadas.

As partes interessadas foram informadas e convidadas via carta anúncio – por meio de:

- Publicação do comunicado público e questionário da consulta pública na página eletrônica do Imaflora em 23/09/2015, no seguinte local: http://www.imaflora.org/consulta-publica.php

- Desenvolvimento de anúncio para a **Rádio Ativa FM** e **Rádio Band FM** de Eunápolis/BA, com abrangência nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Trancoso, Teixeira De Freitas, Vera Cruz, Itabela, Barrolândia, Arraial D'ajuda, Belmonte e mais 21 municípios da região, divulgado durante o período de 04 a 07 de julho de 2015, totalizando **25 inserções** comuns **em cada rádio** em horários diferenciados;

- Desenvolvimento de anúncio para o jornal **A Gazeta Bahia** de Eunápolis/BA, com distribuição nos municípios Costa do Descobrimento, Porto Seguro, Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Guaratinga, Itapebi, Itagimirim, Itabela e Eunápolis, **divulgado no dia 17 de Outubro de 2015**;

- Envio por e-mail de comunicado a respeito do lançamento da consulta pública, e os respectivos *links* dos documentos de certificação, para as partes interessadas no processo, no dia 23/09/2015, conforme tabela abaixo:

Tipo	Número de	Número de

(ONG, agências do governo, moradores locais, prestador de serviços etc.).	pessoas/entidades informadas	pessoas/entidades que forneceram comentários
ONGs socioambientais	20	00
Organizações governamentais	100	00
Prestadores de serviços	06	02
Instituições financeiras	01	00
Colaboradores da Rainforest Alliance	03	00
Colaboradores do FSC	03	00
Colaboradores do Imaflora	26	00
Auditores externos	44	00
Moradores de comunidade	01	01
Moradores das fazendas	04	04
Outros	16	00

6.2. Comentários recebidos na consulta pública e tratamento das demandas

As atividades de consulta a partes interessadas foram organizadas para dar aos participantes a oportunidade de fornecer comentários de acordo com categorias gerais de interesse baseadas nos critérios de avaliação. A tabela a seguir resume os itens identificados pela equipe de avaliação, com uma rápida discussão de cada um, baseada em entrevistas específicas ou comentários em reunião pública.

Princípios	Comentários de interessados	Resposta do Imaflora
Princípio 1	Não foram levantados comentários relevantes de partes interessadas sobre o princípio.	N/A.
Princípio 2	Não foram levantados comentários relevantes de partes interessadas sobre o princípio.	N/A.
Princípio 3	Não foram levantados comentários relevantes de partes interessadas sobre o princípio.	N/A.
Princípio 4	Reclamações com relação a qualidade da comida oferecida pelas empresas terceirizadas aos seus trabalhadores em campo.	Na amostragem de campo realizada, não foram identificadas reclamações por parte dos trabalhadores com relação a aspectos de qualidade e quantidade da comida oferecida pelas empresas terceirizadas. Evidenciou-se que as empresas terceirizadas realizam o monitoramento diário da quantidade e da temperatura destas marmitas no campo. Não foram evidenciadas não conformidades sobre o tema.
Princípio 5	Não foram levantados comentários	N/A.

	relevantes de partes interessadas sobre o princípio.	

6.3. Descrição das não conformidades encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada durante a avaliação, entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

• **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não conformidades menores de um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.

• **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

Não conformidades maiores devem ser corrigidas **antes** que o certificado seja concedido. Não conformidades menores não proíbem a cessão do certificado, devendo ser cumpridas no prazo estipulado para a manutenção do certificado.

Cada uma das não conformidades é abordada pela equipe de avaliação, aplicando-se uma ação corretiva. Os NCRs descrevem não conformidades com as quais as operações candidatas devem estar de acordo e que devem ser resolvidas nos prazos estipulados.

Situação	Explicação
Encerrado	A operação cumpriu com as exigências do NCR.
Aberto	A operação não cumpriu ou cumpriu parcialmente com as exigências do NCR.

NCR #	01/16	
Norma e requisito		ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.
Seção do relatório		Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas		
4.2 c) existência de monitoramento dos parâmetros qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e edáficos relevantes. A Organização não estabeleceu monitoramentos relativos a todos os impactos ambientais sobre remanescentes e recursos hídricos ocasionados pelas operações de manejo. Durante as visitas de campo foram observadas algumas estradas internas dos PPFs que não são usadas para a colheita florestal e não são monitoradas pela Organização. Em alguns pontos, essas estradas possuem erosões cujos resíduos causaram impactos moderados nos recursos hídricos próximos. Embora a Organização desenvolva relatórios de auditoria interna e monitoramento de erosão esses pontos não haviam sido detectados e, portanto, não existia um plano de ação para mitigar esses impactos.		
Solicitação de ação corretiva		O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar

	conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	PENDENTE.
Avaliação da eficácia da NCR	PENDENTE.
Situação do NCR	ABERTO.
Comentários (opcional)	N/A.

6.4. Observações

Observações: podem ser identificadas quando questões ou os estágios iniciais de um problema são identificados, que não constituem em si mesmos uma não conformidade, mas que o auditor considera que podem levar a uma não conformidade futura se ações não forem tomadas pelo empreendimento. Uma observação pode ser um sinal de alerta sobre uma questão particular que, se não for tratada, pode se transformar em um NCR no futuro (ou um NCR Maior durante os cinco anos vigência da certificação).

OBS # 01/16	**Referência ao padrão:** ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais - Indicador 2.2.a.
Foram evidenciados, nas diferentes propriedades amostradas, dois mapas contendo informações desatualizadas. Na primeira propriedade uma área de “outros usos” identificada no mapa não pertencia à propriedade e plantios identificados como “particulares” no mapa não correspondiam à verdade de campo. No mapa da segunda propriedade três áreas de APPs eram na realidade áreas de “outros usos”. Como a identificação de imprecisões referiu-se a poucas representações nos mapas de duas propriedades, decidiu-se pela aplicação de uma observação.	
Observação: é recomendável que o grupo corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 02/16	**Referência ao padrão:** ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais - Indicador 5.1.h.
Foi observado em uma única propriedade o descarte de fraldas usadas pelos moradores de maneira não satisfatória para garantir a segurança e higiene dos mesmos. A pontualidade do evento justificou a aplicação de uma observação.	
Observação: é recomendável que o grupo corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

6.5. Conclusões de auditoria

Baseado na conformidade do EMF em relação aos princípios e critérios do padrão ABNT NBR 14789:2012, a equipe de auditoria recomenda:	
☒	Requisitos atendidos, certificação recomendada. Mediante aceitação dos NCRs aplicados abaixo: NCR #01/16.
☐	Requisitos de certificação não atendidos: NCR(s) Maior(es) não atendida(s); suspensão req.
Comentários adicionais:	N/A.
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação.	N/A.

ANEXO I – Escopo do EMF

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:	
Nome Legal do EMF:	Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia - ASPEX.

1. Escopo do certificado			
Tipo do Certificado: grupo.			
Certificado de grupo: lista de membros do grupo, se aplicável:			
Membro	Área (ha)	Tipo de Floresta	Localização Latitude/Longitude[1]
Agropecuária Pedra Linda (PPF 103)	365,00	Plantation	16° 7' 26,77" S 39° 37' 6,84" W
Antonio José Elias (PPF 077-02)	309,00	Plantation	16° 10' 23,47" S 39° 22' 7,89" W
Antonio José Elias (PPF 001-02)	948,00	Plantation	16° 4' 14,71" S 39° 23' 28,41" W
Artur Zichinelli e Outros (PPF 094)	334,00	Plantation	15° 39' 8,29" S 39° 28' 28,19" W
Fábio Loureiro Souto (PPF 041)	86,00	Plantation	15° 52' 1,00" S 39° 16' 0,37" W
Fábio Loureiro Souto (PPF 072)	265,00	Plantation	15° 57' 15,12" S 39° 22' 46,57" W
Fábio Loureiro Souto (PPF 101)	412,00	Plantation	16° 3' 41,37" S 39° 48' 51,18" W
Fábio Loureiro Souto (PPF 105)	254,00	Plantation	16° 13' 42,53" S 39° 36' 22,13" W
Fábio Loureiro Souto (PPF 110)	227,00	Plantation	16° 19' 12,85" S 39° 45' 59,38" W
Fábio Loureiro Souto (PPF 135)	66,00	Plantation	15° 27' 6,35" S 39° 11' 2,09" W
Gransena Exportação e Comercio Ltda. (PPF 116)	1.714,00	Plantation	16° 2' 57,74" S 39° 49' 2,74" W
Jair Passamani (PPF 095)	960,00	Plantation	16° 7' 23,78" S 39° 45' 5,22" W
Karla Macedo e Outros (PPF 130)	1.301,00	Plantation	16° 30' 30,52" S 39° 44' 28,70" W
Laurito Rigoni (PPF 060)	886,00	Plantation	15° 49' 20,51" S 39° 28' 21,33" W
Lustrosa Ltda. (PPF 123)	1.152,00	Plantation	15° 57' 42,63" S 39° 17' 31,46" W
Renato Alves Zichinelli e outros (PPF 118)	426,00	Plantation	15° 39' 0,33" S

[1] Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

			39° 27' 15,62" W
Robson Costa (PPF 088)	225,00	Plantation	N/D.
Rogerio Macedo e Esposa (PPF 129)	471,00	Plantation	16° 29' 13,82" S 39° 45' 26,46" W
Ronaldo Athayde Peixoto (PPF 028-02)	610,00	Plantation	16° 6' 48,73" S 39° 14' 38,58" W
Ronaldo Athayde Peixoto (PPF 030-02)	708,00	Plantation	16° 7' 32,87" S 39° 18' 12,09" W
Waldemar Zichinelli (PPF 093-113)	653,00	Plantation	15° 38' 26,03" S 39° 26' 20,45" W
Zanini Florestal Ltda. (PPF 082)	329,00	Plantation	15° 55' 0,39" S 39° 21' 13,12" W
Zanini Florestal Ltda. (PPF 087)	915,00	Plantation	15° 45' 18,01" S 39° 24' 23,60" W
Zanini Florestal Ltda. (PPF 091)	108,00	Plantation	15° 43' 40,04" S 39° 21' 47,00" W
Total geral	13.724,00	Plantation	-

Tabela de uso do solo nas propriedades do grupo:

Produtor	PPF	Fazenda	Município	Plantio (ha)	RL (ha)	RL creditada (ha)	RL compensada (ha)	APP (ha)	Outros usos (ha)	Área fora do escopo (ha)	Total do imóvel (ha)	Área total com RL compensada (ha)
Agropecuária Pedra Linda	103	Guarujá	Itagimirim	256			42	25	42		331	356,00
Subtotal (AGROPECUÁRIA PEDRA LINDA) :				**256**	**0**	**0**	**42**	**25**	**42**	**0**	**331**	**356,00**
Antonio José Elias	077-02	Genebra II	Santa C. Cabrália	105	64			42	98		321	362,36
Antônio José Elias	001-02	Genebra / Santa Rosa	Belmonte	532	245			80	91		984	1.064,55
Subtotal (ANTONIO JOSÉ ELIAS) :				**637**	**309**	**0**	**0**	**122**	**189**	**0**	**1.305**	**1.426,91**
Artur Zichinelli e Outros	094	MIMAF I, II e III	Mascote	80	74			55	125		354	408,95
Subtotal (ARTUR ZICHINELLI E OUTROS) :				**80**	**74**	**0**	**0**	**55**	**125**	**0**	**354**	**408,95**
Fábio Loureiro Souto	041	Nossa Senhora das Graças	Belmonte	46	30			9	1		91	100,78
Fábio Loureiro Souto	072	Boa Esperança	Belmonte	150	58			36	21	2	284	319,04
Fábio Loureiro Souto	101	Lorena	Itagimirim	240	28		50	46	48		386	431,50
Fábio Loureiro Souto	105	Reunidas Nossa Senhora de Fátima	Eunápolis	137	54			38	25		269	306,73
Fábio Loureiro Souto	110	Relíquia	Eunápolis	124	49			29	25		236	265,71
Fábio Loureiro Souto	135	Conj. Refúgio	Canavieiras	43			12	7	4		58	64,80
Subtotal (FÁBIO LOUREIRO SOUTO) :				**741**	**218**	**0**	**62**	**165**	**124**	**2**	**1.325**	**1.488,56**
Gransena Exportação e Comercio LTDA	116	Lorena	Itagimirim	567	91		224	148	684		1.524	1.671,87
Subtotal (GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO				**567**	**91**	**0**	**224**	**148**	**684**	**0**	**1.524**	**1.671,87**
Jair Passamani	095	São João do Paraíso	Itagimirim	628	212			2	118		1.047	1.048,67
Subtotal (JAIR PASSAMANI) :				**628**	**212**	**0**	**0**	**2**	**118**	**0**	**1.047**	**1.048,67**
Karla Macedo e Outros	130	Monte Castelo	Guaratinga	525	274			205	297	2	1.346	1.549,30
Subtotal (karla macedo e outros) :				**525**	**274**	**0**	**0**	**205**	**297**	**2**	**1.346**	**1.549,30**
Laurito Rigoni	060	Camacan	Mascote	549	192			122	23		944	1.066,44
Subtotal (LAURITO RIGONI) :				**549**	**192**	**0**	**0**	**122**	**23**	**0**	**944**	**1.066,44**
Lustrosa Ltda	123	Aleluia / Santo Antonio	Belmonte	505	246			154	247		1.213	1.367,29
Subtotal (LUSTROSA LTDA) :				**505**	**246**	**0**	**0**	**154**	**247**	**0**	**1.213**	**1.367,29**
Renato Alves Zichinelli e outros	118	Conjunto Paraiso	Mascote	112	100			65	149		440	504,54
Subtotal (RENATO ALVES ZICHINELI E OUTROS) :				**112**	**100**	**0**	**0**	**65**	**149**	**0**	**440**	**504,54**
Robson Costa	088		Itagimirim	148	23			39	15		238	277,01
Subtotal (ROBSON COSTA) :				**148**	**23**	**0**	**0**	**39**	**15**	**0**	**238**	**277,01**
Rogerio Macedo e Esposa	129	Conjunto Colorado	Guaratinga	226	131			59	55		495	553,44
Subtotal (ROGERIO MACEDO E ESPOSA) :				**226**	**131**	**0**	**0**	**59**	**55**	**0**	**495**	**553,44**
Ronaldo Athayde Peixoto	030-02	Conquista	Santa C. Cabrália	454	145			48	61		725	772,07
Ronaldo Athayde Peixoto	028-02	Água Branca	Santa C. Cabrália	427	86		44	43	10		587	630,30
Subtotal (RONALDO ATHAYDE PEIXOTO) :				**881**	**231**	**0**	**44**	**91**	**71**	**0**	**1.311**	**1.402,37**
Waldemar Zichinelli	093/113	Nossa Senhora de Fátima	Mascote	197	57			72	327		671	742,99
Subtotal (WALDEMAR ZICHINELI) :				**197**	**57**	**0**	**0**	**72**	**327**	**0**	**671**	**742,99**
Zanini Florestal Ltda	082	Vencedora III	Belmonte	81	99			76	73	4	348	421,12
Zanini Florestal Ltda	087	Conjunto Natividade	Mascote	247	211			190	267	5	960	1.146,24
Zanini Florestal Ltda	091	Conjunto Recanto	Mascote	55	24			18	11		119	136,54
Subtotal (WALDEMAR ZICHINELI) :				**382**	**334**	**0**	**0**	**285**	**352**	**8**	**1.427**	**1.703,90**
Subtotal (GERAL) :				**6.434,92**	**2.492,32**	**0,00**	**370,94**	**1.607,35**	**2.816,96**	**11,69**	**13.972,53**	**15.568,25**

2. Informação do EMF	
Zona Florestal	tropical.
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	4.473,00 hectares

- Plantação	6.434,00 hectares
Margens de rios e corpos de água	N/D. Quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal			
Área total certificada			13.724,00 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado			10.907,00 ha
a. Área de produção florestal		6.434,00 ha	
b. Área florestal não produtiva		4.473,00 ha	
- Áreas de proteção florestal (reservas)	4.473,00 ha		
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0,0 ha		
- Remanescentes florestais não produtivos	4.473,00 ha		
2. Área não florestal (*ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.)*			2.817,00 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita				
Nome científico	**Nome comum / comercial**	**Corte anual permitido**	**Safra atual (2015)**	**Safra projetada para o próximo ano**
Hibrido - *Eucalyptus grandis x Eucalyptus urophylla*	Eucalipto	N/A m3	315.193,03 m3	N/D m3
Total		N/A m3	315.193,03 m3	N/D m3
Total estimado de produção anual de toras			N/D m3	
Total estimado de produção anual produtos NTFPs certificado:			N/A m3	
Lista de todos os NTFPs certificados por tipo de produção: N/A. N/A. N/A.			 N/A m3 N/A m3 N/A m3	
5. Trabalhadores				
Número de trabalhadores incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários:				
Número total de trabalhadores	49 Trabalhadores			
- Do total de trabalhadores listados acima:	47 Homens		2 Mulheres	
Número de acidentes graves	00			
Número de fatalidades	00			

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas

Lista de funcionários do EMF

Nome	Cargo/função	Contato	Tipo de participação
Ailton Pereira dos Santos	Operador de maquinas Trevo	Não disponibilizado	Entrevista
Caio Cezar Menezes Santana	Encarregado silvicultura Trevo	Não disponibilizado	Entrevista
Heraldo Severino Rodrigues	Motorista AGR Transportes	Não disponibilizado	Entrevista
Jaino Alves da Silva	Mecanico Trevo	Não disponibilizado	Entrevista
José Ailton Ferreira da Silva	Ajudante PPF 116	Não disponibilizado	Entrevista
José Batista Rocha dos Santos	Encarregado PPF 116	Não disponibilizado	Entrevista
Jovani Vicente Ferreira	Consultor da PPF103 e PPF105	Não disponibilizado	Entrevista
Maxuel de Jesus	Encarregado silvicultura Trevo	Não disponibilizado	Entrevista
Ramon Souza Modesto	Técnico Ambiental TREE	Não disponibilizado	Entrevista
Uberlan Batista dos Santos	Vigia PPF 116	Não disponibilizado	Entrevista
Valfredo Vieira dos Santos	Motorista caminhão Trevo	Não disponibilizado	Entrevista

Lista de outros consultados

Nome	Organização	Contato	Tipo de participação	Resposta requerida[2]
Ailton Queiroz Lisboa	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis - BA	(73) 8216-9727/ (71) 3878-6850	Entrevista	Não
Aleritana Lima de Souza	Auxiliar administrativo da Escola Clemêncio Teixeira, comunidade Barrolândia	Não disponibilizado	Entrevista	Não

[2] Indicar se a parte interessada solicitou, formalmente (documentado), acompanhar como os seus comentários foram abordados durante a avaliação. TM deve fornecer o resumo público as partes interessadas que solicitarem formalmente (documentado) o acompanhamento de seus comentários dentro de 3 meses contados a partir da reunião de encerramento.

Ana Claudia Oliveira de Aquino	Serviços gerais na Escola Clemêncio Teixeira, comunidade Barrolândia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Erineuza Francisco Nascimento	Vice-diretora da Escola Clemêncio Teixeira, comunidade Barrolândia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Esmeraldo Pinto	Segurança da Escola Clemêncio Teixeira, comunidade Barrolândia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Guilherme Henrique Costa Baquião João Carlos Rocha Júnior	2Tree Consultoria Projex	 (73) 9973-2080	Entrevista Entrevista	Não Não
Jonilson Silva Santos	Vice-diretor da Escola Municipal ACM, comunidade Barrolândia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ramon Souza Modesto	2Tree Consultoria	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Seara da Silva Oliveira	Secretária da Escola Clemêncio Teixeira, comunidade Barrolândia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Victoria Rizo	2Tree Consultoria	victoriarizo@ 2treeconsultoria.com.br	Entrevista	Não
Virgínia Londe de Camargos	Veracel	(73) 8802-7061	Entrevista	Não
White Verlan	Panificadora White, comunidade Barrolândia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Sueli Abade	ASCAE - Associação Cultural Cabrália Arte e Ecologia	stabad@uol.com.br	Entrevista	Não
Klaus Duarte Barreto	Casa da Floresta Consultoria Ambiental	klaus@casadafloresta.com.br	Entrevista	Não
Júlio Barbosa	Cepedes - Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia	cepedes@cepedes.org.br	Entrevista	Não

Valdelice Alves Mota	Cepedes - Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia	motavaldelice@hotmail.com	Entrevista	Não
Rodrigo Castro	Confederação Nacional de RPPNs	presidencia@rppnbrasil.org.br	Entrevista	Não
Rodrigo Castro	Confederação Nacional de RPPNs	rodrigocastro@acaatinga.org.br	Entrevista	Não
Carriele Souza Santos	Grupo Ambiental Natureza Bela	naturezabela@naturezabela.org.br	Entrevista	Não
Geiza Bomfim	Grupo Ambiental Natureza Bela	geizabomfim@hotmail.com	Entrevista	Não
Paulo Dimas Menezes	Grupo Ambiental Natureza Bela	paulodimasmenezes@gmail.com	Entrevista	Não
Waldomiro Fernandes Melo	Grupo Ambiental Vale do Jequitinhonha	vanilapassui@hotmail.com	Entrevista	Não
Christiane Gonçalves Dall Áglio Holvorcem	Instituto Bioatlântica	chris@bioatlantica.org.br	Entrevista	Não
Leonardo Brasil	Instituto Chico Mendes	brasil.nunes@icmbio.gov.br	Entrevista	Não
Elder Pedreira	Instituto Ecotuba	elderpedreira@yahoo.com.br	Entrevista	Não
Flávio Leopoldino	Preserva - Associação das RPPNs	flavio.leopoldino@hotmail.com	Entrevista	Não
Paulo Sérgio Carne	Projeto Re-Viva	dismedhis@uol.com.br	Entrevista	Não
Andréa Campeche	Reserva Biosfera Subcomitê RBMA do Extremo Sul da Bahia	andreacampeche@gmail.com	Entrevista	Não
Ronaldo de Jesus Sant'Anna	RPPN Mãe da Mata	rdesantt@gmail.com	Entrevista	Não
Lucélia	RPPN Serra do Teimoso	luteimoso@gmail.com	Entrevista	Não
Rubens Benini	The Nature Conservancy - TNC	rbenini@tnc.org	Entrevista	Não
Humberto Luís Matos Amaral	Unidade de Conservação - Estação Pau Brasil/Ceplac	rucapa@ig.com.br	Entrevista	Não

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal usado para a auditoria, conforme exigência da ABNT NBR 14789:2012.

Princípio 1 – <u>Cumprimento da legislação</u> **O empreendimento florestal dever ser gerido por meio de atitudes e ações que assegurem o cumprimento das legislações Federal, Estadual e Municipal, assim como os acordos, tratados e convenções internacionais aplicáveis ao manejo florestal. A organização deve fornecer uma proteção adequada da floresta, de forma a prevenir atividades não autorizadas, como a extração ilegal de madeira e outras atividades ilegais, e a respeitar a legislação aplicável às questões do manejo florestal, como a proteção ambiental, espécies ameaçadas e protegidas, direitos de posse, propriedade e uso da terra para os povos indígenas e comunidades tradicionais, questões trabalhistas e de saúde e segurança, e ao pagamento de *royalties* e impostos.**	
<u>Critérios e indicadores</u>	**<u>Conclusões</u>**
1.1. A Organização deve realizar as atividades pertinentes à implantação e manejo das florestas, de acordo com as legislações e outros regulamentos florestais e ambientais aplicáveis.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
1.1. a) existência de procedimentos de identificação da legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da área de manejo florestal, como os da OIT n°. 169 e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Atendendo a este indicador, o grupo conta com atualizações realizadas via sistema vinculado à rede mundial de computadores e possui o apoio de um escritório de advogados. Adicionalmente, o grupo de certificação identificou as convenções internacionais aplicáveis à UMF.
1.1. b) existência de registros que comprovem o atendimento à legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da área de manejo florestal, quando couber.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Na avaliação do cumprimento das legislações aplicáveis, foram consideradas as amostragens de documentos comprobatórios quanto ao cumprimento legal, visitas de campo e entrevistas com gestores e funcionários do EMF. O grupo de certificação realiza monitoramentos quanto ao cumprimento de demandas relativas à legislação aplicável por meio de um controle interno, via planilha eletrônica. O cumprimento dos principais aspectos das legislações florestal e ambiental foi evidenciado pelo exame da documentação contida nas pastas de cada produtor, incluindo aspectos de licenciamento, adequação de reservas legais, APPs e cadastramento junto ao CAR.

NOTAS: N/A.	
1.2. Os direitos das comunidades locais, de uso e de ocupação das terras com florestas naturais, devem ser respeitados, de acordo com a legislação vigente.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
1.2. a) evidências de que são respeitados os direitos legais e tradicionais não predatórios das comunidades locais.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificações identificou e mapeou as principais comunidades e populações locais que estão no entorno da UMF. Com base nesse levantamento não foram identificadas comunidades indígenas ou tradicionais em distância inferior a 300 metros da unidade de manejo florestal ("PO-03-PLF-004 07 - PTEAS"). Durante as visitas de campo e entrevistas com representantes das populações locais diretamente afetadas evidenciou-se que os costumes locais são respeitados.
1.2. b) evidências de que as áreas limítrofes da área de manejo florestal, onde vivem as comunidades locais, estão identificadas e são respeitadas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação apresentou o "Mapa de Localização de Comunidades – G3". Durante as visitas de campo e entrevistas com membros das populações locais diretamente afetadas evidenciou-se o respeito às áreas limítrofes à UMF.
1.2. c) existência de documento de posse ou de domínio que comprove a demarcação da área e seja consistente com o plano de manejo.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Não foram identificadas comunidades locais detentoras de direitos de uso, posse ou domínio de terras na UMF. O grupo apresentou a documentação referente aos direitos de posse ou propriedade dos membros do grupo de certificação. Do total da área de escopo deste grupo de certificação (15.568,25 ha), 144,72 ha possuem como garantia legal registros de uso e posse. Em 15.423,53 ha as áreas possuem como registro a matrícula dos imóveis. Em nenhuma fazenda há titularidade de posse baseada em qualquer outro tipo de documento. Por meio das análises das certidões federais e estaduais não foram identificadas ações judiciais possessórias, reivindicatórias e discriminatórias promovidas pelo Estado ou particulares (Arquivos_ Planilha Fundiário; Documentos fundiários).

1.2 d) evidência de que a organização age de forma efetiva para a resolução de eventuais conflitos ou demandas jurídicas relacionadas com a posse da terra ou prejuízos causados a terceiros.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo apresentou o documento "ASP-06 Gestao de Conflitos para Produtores Florestais - Revisão 03", no qual são definidos conceitos, e responsabilidades para tratamento e recebimento das ações a serem tomadas no caso de eventuais demandas por partes interessadas. Neste procedimento foi previsto o envolvimento dos representantes do grupo nas negociações de solução dos conflitos. Durante o período de auditoria, análise documental, entrevistas com membros do EMF, entrevistas com representantes da comunidade e recebimento de consulta publica por correspondência eletrônica, não foram identificados conflitos sobre a posse ou os direitos de uso do solo.
1.2. e) evidência de que é propiciado às comunidades locais acesso adequado ás florestas com propósito recreativo, respeitados os direitos de propriedade, os efeitos sobre os recursos florestais e ecossistemas, bem como a compatibilidade com outras funções da floresta.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação mantém boa relação com as comunidades locais e não foram evidenciadas demandas de acesso à floresta por parte dessas comunidades. Foram evidenciadas, adicionalmente, placas de sinalização e canais de comunicação, permitindo o recebimento de eventuais demandas das comunidades (Arquivo_ Ações Sociais ASPEX; Resumo_do Plano de Manejo Integrado G3_2015).
NOTAS: N/A.	
1.3. As legislações trabalhista, previdenciária e tributária devem ser cumpridas.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
1.3. a) evidência de que as questões previdenciárias de todos os trabalhadores florestais estão em conformidade com a legislação vigente.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação apresentou um relatório com os monitoramentos de pagamentos e controle de quitação de débitos tributários e encargos trabalhistas. Durante a análise documental amostral foi evidenciada a quitação das principais contribuições previdenciárias, incluindo recolhimentos do INSS e do FGTS (Arquivo_ Controle de Certidões).

1.3. b) evidência de que todos os aspectos relacionados com a legislação trabalhista estão em conformidade com as legislações vigentes, incluindo os acordos coletivos, convenções coletivas e normas regulamentadoras do trabalho. O empreendimento deve atender às convenções da OIT 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182, que compreendem assuntos como a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, a eliminação de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório, a abolição efetiva do trabalho infantil 9e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ As visitas às frentes operacionais (incluindo diversas entrevistas com trabalhadores) e o exame dos documentos e registros apresentados evidenciaram o cumprimento das legislações trabalhistas aplicáveis. Foi evidenciada a identificação dos tratados e convenções OIT aplicáveis, não tendo sido evidenciadas irregularidades quanto ao seu cumprimento.
1.3. c) evidência de que a organização está em dia com as suas obrigações tributárias.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação apresentou um relatório com os monitoramentos de pagamentos e controle de quitação de débitos tributários e outros encargos, demonstrando que não há pendencia tributárias. Durante a análise documental foi amostrada a quitação de contribuições previdenciárias, débitos tributários das receitas estaduais e federais, ITR, FGTS e INSS, entre outros (Arquivo_ Controle de Certidões).
1.3. d) evidência de que são tomadas medidas junto aos prestadores de serviço, visando a sua conformidade com a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, normas regulamentadoras do trabalho, acordos e convenções coletivas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ As EPS são cadastradas previamente pelo grupo de certificação para poderem prestar serviços aos produtores florestais. Os controles para avaliação da conformidade com a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, normas regulamentadoras do trabalho e acordos e convenções coletivas são realizados conjuntamente com a fomentadora do grupo de certificação (ASP-04 - Monitoramento e Controle - Rev 14). Não foram identificadas irregularidades durante as visitas às frentes operacionais.
1.3. e) existência de um programa implementado de gestão de segurança e saúde do trabalho.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A implementação do programa de segurança e saúde do trabalho ocorre por meio da contratação de um técnico de segurança do trabalho e de um médico do trabalho para elaboração e implementação do PPRA e PCSMO, respeitada a necessidade de cada

	propriedade.
NOTAS: N/A.	

Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade. **O planejamento do manejo florestal deve ter como objetivo a saúde e a vitalidade dos ecossistemas florestais, buscando manter e aumentar os valores econômicos, ecológicos, culturais e sociais da floresta. Deve-se manejar a floresta de modo que a atividade contribua para conservação dos recursos naturais renováveis.**	
Critérios e indicadores	**Conclusões**
2.1. A organização deve adotar estratégias orientadas para o uso e o manejo sustentáveis dos recursos florestais.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
2.1. a) existência de procedimentos que visem: - identificar todos os aspectos ambientais que possam ser controlados ou sobre os quais se possa ter influência e os impactos ambientais decorrentes; - identificar e caracterizar os impactos ambientais significativos; - caracterizar, analisar e estabelecer medidas para evitar ou minimizar impactos ambientais negativos na área de manejo florestal; - monitorar a implementação das medidas para evitar, mitigar ou compensar impactos ambientais negativos significativos, causados pela atividade de manejo florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação se beneficiou da parceria com a fomentadora, e esta desenvolveu uma matriz de aspectos e impactos ambientais para os métodos silviculturais, colheita e transporte, considerando também aspectos e impactos sociais (Arquivo_Planilhas Aspectos), bem como para outras atividades pertinentes ao manejo florestal (gestão de resíduos, estradas florestais, áreas de conservação, entre outros. O procedimento (PG-STB-005 (00), Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais, revisão 00, 29/01/2013) apresentado pela fomentadora, estabelece o processo de identificação, caracterização, avaliação, controle e atualização dos aspectos e impactos sociais, econômicos, e ambientais globais e operacionais da fomentadora e EPS, bem como do grupo de produtores florestais. Por meio dos procedimentos e/ou instruções de trabalho, bem como dos treinamentos das equipes de campo, os controles são utilizados para a mitigação de impactos adversos significativos. Além disso, a fomentadora, desenvolve o PTEAS (Projeto Técnico, Econômico Ambiental e Social - PO-03-PLF-004 07) para realizar uma avalição completa dos aspectos ambientais e sociais dos PPFs. O monitoramento dos

	aspectos e impactos globais é realizado por meio de visitas internas realizadas por uma empresa contratada para ajudar na gestão dos PPFs. Nessas visitas, não anotados e identificados possíveis impactados pelas atividades de manejo florestal.
2.1. b) evidência de que as espécies florestais são adequadas para os usos finais pretendidos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ As espécies de eucalipto utilizadas (*Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus urophylla*) são originárias de regiões de clima tropical e, portanto, adequadas às condições climáticas encontradas na região sul da Bahia e aos objetivos propostos do manejo (produzir madeira de eucalipto de alta qualidade e baixo custo).
2.1. c) evidência de adoção de práticas que indiquem o aproveitamento eficiente dos recursos florestais produzidos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante a auditoria de campo foram visitadas áreas recentemente colhidas. O sistema de colheita florestal é baseado nos equipamentos (*harvester e forwarder*), cujas práticas do desgalhamento, descascamento e traçamento em toras preconizam a manutenção dos resíduos florestais no campo. A colheita florestal nas áreas dos produtores florestais é atualmente realizada pela fomentadora, uma vez que contratualmente, a madeira é vendida em pé. Caso o produtor florestal realize a colheita, o mesmo deve contratar uma empresa especializada e credenciada junto à fomentadora (ASP-08 Colheita Florestal em PPF, 14/03/2014, revisão 04).
2.1. d) existência de procedimentos documentados para as atividades de produção de mudas, implantação, reforma, tratos silviculturais, abertura e manutenção de estradas, colheita e transporte do produto florestal. Estes procedimentos devem considerar recomendações para prevenir e mitigar impactos ambientais adversos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo possui diversos procedimentos documentados internos próprios, bem como, devido à parceria com a fomentadora, faz uso de procedimentos desta última em suas áreas (procedimentos ASP-08 Colheita Florestal em PPF, 14/03/2014, revisão 04 e procedimentos Veracel - PO-03-TMA-001 08 - Transporte de Madeira, PO-03-SIL-008 07-Formação Plantio Eucalipto e PC-CFL-001 - Colheita Florestal Mecanizada).

2.1. e) existência de um programa de redução ou aproveitamento de resíduos da colheita florestal, sem contudo comprometer a capacidade produtiva do sítio.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A colheita florestal utiliza o sistema de *harvester* e *forwarder*, uma vez que a técnica mantém no campo a biomassa residual da colheita (cascas, folhas e galhos finos) que protegem e melhoram as características físicas e nutricionais do solo. Nas áreas recém-colhidas não foram verificados desperdícios de madeira.
2.1. f) evidência de que os responsáveis pelo manejo florestal sustentável estão claramente definidos e identificados.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Os responsáveis pela elaboração e aprovação do PMF (ASP-14 Plano de Manejo G3_Rev05) estão claramente definidos e identificados no documento (página 1). Cada procedimento operacional define os respectivos responsáveis pela sua elaboração, aprovação e execução.
NOTAS: N/A.	
2.2. As operações florestais devem estar fundamentadas em plano de manejo florestal atualizado.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
2.2. a) existência de um plano de manejo documentado, com objetivos definidos, que busque incentivar uma produção diversificada de bens e serviços em longo prazo, e compatível com a escala do empreendimento, contendo: - condições do manejo em função das peculiaridades regionais e locais; - esquema de manejo silvicultural a ser implementado; - justificativa da viabilidade econômica do manejo; - sistema de malha viária; - idade de colheita prevista; - estimativa de crescimento e de produção por tipo de produto a ser colhido; - mapas e croquis da área de manejo florestal com indicações da ocupação e uso da terra; - levantamentos tipográficos, classe ou tipos de solo e	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação apresentou um PMF (ASP-14 Plano de Manejo G3_Rev05). Além disso, procedimentos e instruções de trabalho definem as condições de manejo das espécies florestais, de acordo com as condições de clima e solo. O manejo florestal utiliza clones de eucalipto obtidos a partir do cruzamento das espécies *E. grandis* e *E. urophylla*. A silvicultura é composta por processos que vão desde a aquisição de mudas de eucalipto (fornecidas pela fomentadora) até a formação dos plantios, incluindo atividades de implantação, reforma ou condução de brotação após a primeira colheita. A técnica utilizada para o plantio é o cultivo mínimo (subsolagem em linhas de plantio) sendo que, após o plantio, são iniciadas as atividades de manutenção do primeiro ano (controle de formigas cortadeiras, capina química e adubação de cobertura). A fase de manutenção, que se prolonga até o final do ciclo da floresta, visa o monitoramento dos talhões para determinação da ocorrência de

tipologias da vegetação, bem como dos recursos hídricos disponíveis, - existência de um programa plurianual de plantio ou reforma, colheita e manutenção; - planos de contingência nos casos de incêndios, sinistros e eventos aleatórios; - inventário florestal contínuo; e - indicação de fontes alternativas ao plano de manejo, para obtenção de matéria-prima florestal.	formigas cortadeiras, e eventualmente, a capina química para o controle da infestação de plantas daninhas na área. Na fase da colheita florestal é realizada a construção de estradas, o carregamento, transporte e movimentação de madeira. A colheita utiliza o sistema conjunto de *harvester* e *forwarder* (sendo a escolha adotada em razão da manutenção no campo da biomassa residual – cascas, folhas e galhos finos), que protege e melhora as características físicas e nutricionais do solo. O planejamento florestal apoia-se no inventário florestal contínuo (IFC) realizado na área dos produtores florestais e visa a construção de modelos matemáticos capazes de estimar o volume de madeira estocada e futura. O IFC inicia-se aos dois anos de idade, com a instalação de parcelas permanentes retangulares, contendo 22 árvores. A intensidade amostral é de uma parcela para cada 15 hectares. As parcelas são remedidas aos três e cinco anos. Adicionalmente, para garantir uma melhor gestão das áreas a serem colhidas, realiza-se o inventário pré-corte, no máximo três meses antes da colheita e com uma intensidade amostral de uma parcela a cada três hectares. O grupo tem respeitado o período médio de rotação de sete anos, podendo variar entre seis e nove anos. Foram evidenciados, nas diferentes propriedades amostradas, dois mapas contendo informações desatualizadas. Na primeira propriedade uma área de “outros usos” identificada no mapa não pertencia à propriedade e plantios identificados como “particulares” no mapa não correspondiam à verdade de campo. No mapa da segunda propriedade três áreas de APPs eram na realidade áreas de “outros usos”. Como a identificação de imprecisões referiu-se a poucas representações nos mapas de duas propriedades, decidiu-se pela aplicação de uma observação (**OBS #01/16**).
2.2. b) evidência de que o plano de manejo foi elaborado e é monitorado por profissional legalmente habilitado.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐

	O Engenheiro Agrônomo responsável pela elaboração do Plano de Manejo possui CREA válido e ART recolhida.
2.2. c) evidência de que o plano de manejo plurianual é monitorado e revisado.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A revisão do PMF está definida no item Revisões e Alterações. Estão previstas atualizações anuais ou quando houver mudanças julgadas necessárias em função de resultados de controles e monitoramentos resultando em alterações significativas de atividades, responsabilidades e condições socioeconômicas ou ambientais da região onde grupo está inserido. Os procedimentos operacionais referenciados no Plano de Manejo também possuem a indicação da data de revisão e data de validade do documento.
2.2. d) evidência de que os resultados do monitoramento são incorporados ao plano de manejo.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A incorporação ao manejo do empreendimento ocorre por meio da realização de análises críticas para cada monitoramento, com incorporação de modificações ao plano de manejo, quando pertinente. O PMF apresenta resultados de monitoramentos operacionais, ambientais e sociais, no item 7. Plano de Monitoramentos. São incorporados os resultados dos monitoramentos operacionais de formigas cortadeiras, acompanhamento da legislação, inventário florestal, impactos pré e pós-colheita, vigilância da propriedade, registros de ocorrências e das auditorias internas. Os resultados dos monitoramentos ambientais incorporados são de avistamento de fauna, licenciamento ambiental, coleta seletiva de lixo, plano de prevenção (PREV), edáfico/hídrico, plano de diagnóstico, avaliação e correção de processos erosivos, espécies vegetais exóticas invasoras e identificação e delimitação de APPs. Os monitoramentos sociais incorporados ao plano são potabilidade da água, documentação e treinamentos de saúde e segurança do trabalho, comunicação de acidente de trabalho (CAT) e comunicação com partes interessadas.
2.2. e) evidência de que um resumo do plano de manejo é	Conformidade com o indicador:

disponível ao público, podendo ser excluídas as informações confidenciais da empresa, as pessoas e outras informações tornadas confidenciais por lei ou para proteção de sítios culturais ou recursos naturais.	Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo apresentou o resumo de seu PMF (Resumo do Plano de Manejo Integrado G3_2015) O resumo público menciona canais de comunicação e diálogo para comunicação com partes interessadas sobre os diversos aspectos referentes às operações do manejo. Foram evidenciados registros de envio do resumo público a diferentes partes interessadas.
2.2. f) evidência de programas implementados de treinamento e aprimoramento da mão de obra (incluindo gestores, contratantes, empregados e proprietários), em manejo florestal sustentável, com o objetivo de: - capacitação profissional dos trabalhadores; - diminuição do número de acidentes de trabalho; e - diminuição de ocorrências que coloquem em risco a integridade dos ecossistemas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante as entrevistas no campo com os trabalhadores florestais, observou-se que os mesmos conhecem suas responsabilidades em relação às operações desenvolvidas, incluindo os cuidados ambientais relativos às suas atividades. O programa de treinamentos oferecido pelo grupo mantém registros dos diversos treinamentos ministrados (Certificados de Aplicação de Agrotóxicos, Saúde e Segurança, Controle de Formigas, Educação Ambiental, Tratorista).
2.2. g) evidência de ações que incentivem programas de saúde junto às populações locais.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo realiza ações para incentivo aos programas de saúde junto às populações locais, como: i) apoio APROBU: construção de posto de saúde para atendimento da região do Ubu, no município de Belmonte – BA (obras iniciadas); ii) SOS Vida: assistência médica a crianças em diversos municípios.
2.2. h) existência de medidas para conservar ou aumentar a biodiversidade e promover a conectividade ecológica em nível de paisagem.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante as visitas de campo e análise de mapas do grupo de certificação foi observado que os plantios florestais respeitam as áreas de conservação e as faixas nas margens de rios e nascentes. Essas áreas formam a conexão com outras áreas e o contexto geral da paisagem entre os remanescentes de vegetação nativa.
NOTAS: OBS #01/16.	
2.3. A organização deve implementar o manejo florestal apropriado às peculiaridades locais.	
Considerações em nível de critério: atendido.	

2.3 a) evidência de que o manejo florestal empregado está fundamentado em resultados de pesquisas e estudos científicos, entre outros, efetuados para condições semelhantes às da área de manejo florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Para o desenvolvimento de tecnologias e pesquisas para o manejo florestal, o grupo de certificação conta com o apoio da fomentadora. Nesse caso, aplicam-se os estudos e pesquisas relacionados às técnicas de plantio e manejo florestal, seleção de materiais genéticos mais produtivos e adaptados as propriedades físicas e químicas dos solos, bem como técnicas de controle de pragas e doenças. Toda a pesquisa e experimentos na área do manejo florestal são desenvolvidos pela fomentadora e estendidos aos produtores florestais.
2.3 b) evidência de atualização dos procedimentos documentados para as atividades de produção de mudas, implantação, reforma, tratos silviculturais, abertura e manutenção de estradas, colheita e transporte.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Os procedimentais documentados avaliados informam datas de atualização e validade (ASPEX e Veracel). Ao final dos procedimentos, o item 8 “Natureza das alterações”, página 55, indica especificamente as alterações realizadas.
2.3. c) evidência de que os procedimentos incorporam resultados de experiências, testes ou pesquisas realizadas na região.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Evidenciou-se que os resultados das pesquisas efetuadas pela fomentadora são aproveitados e incorporados nos procedimentos operacionais do manejo florestal do grupo.
2.3. d) existência de mecanismos formais de transferência de tecnologia para os trabalhadores florestais próprios e terceiros.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O programa de treinamentos oferecido aos trabalhadores (Aplicação de Agrotóxicos, Saúde e Segurança, Controle de Formigas, Educação Ambiental) possibilita a transferência de tecnologia, por meio de parcerias com SENAR.
2.3. e) evidência de que são implementados programas de treinamento e aprimoramento da mão de obra, com os seguintes objetivos: - capacitar tecnicamente os trabalhadores florestais; - evitar doenças e acidentes de trabalho;	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Conforme descrição acima foi evidenciado um programa de treinamentos oferecido aos trabalhadores. Durante as visitas de campo e em entrevistas com os trabalhadores próprios e terceirizados foi verificada a plena capacitação para a execução de suas respectivas

- minimizar as ocorrências de impactos ambientais negativos.	atividades.
2.3. f) evidência de que os equipamentos, máquinas e insumos são condizentes com as condições locais de topografia, solo, clima e características dos recursos florestais produzidos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A colheita florestal utiliza o sistema de *harvester* e *forwarder*, uma vez que a técnica mantém no campo a biomassa residual da colheita (cascas, folhas e galhos finos) que protegem e melhoram as características físicas e nutricionais do solo. A operação de colheita florestal é realizada com a manutenção da integridade das áreas de APP, evitando quedas de árvores em áreas naturais e impactos aos recursos hídricos. É evitado o tráfego com máquinas e equipamentos e/ou lavagem dos mesmos próximos aos cursos d'água (PC-CFL-001 - Colheita Florestal Mecanizada, revisão 00, 14/11/15).
2.3. g) evidência de que o manejo florestal contribui com as atividades de pesquisa e coleta de dados necessários ao manejo florestal sustentável ou apoia atividades de pesquisa relevantes realizadas por outras organizações.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A fomentadora do grupo de certificação participa de diversos fóruns de discussão e desenvolvimento cientifico, incluindo iniciativas com a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal de Lavras e o IPEF/PTSM). Conforme evidenciado no plano de manejo (item Tecnologia Florestal), por meio de pesquisas e experimentos, a área de tecnologia florestal da fomentadora gera conhecimentos, informações, metodologias e produtos que contribuem para a melhoria contínua da produtividade florestal de suas áreas, bem como das áreas do grupo.
NOTAS: N/A.	
2.4. Deve haver um procedimento implementado que permita rastrear o fluxo do produto florestal.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
2.4. a) existência de cadastro atualizado da área de manejo florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo possui uma base cadastral de todos os produtores (Tabela de Membros do Grupo G3). No anexo I deste relatório é apresentado um resumo dessas informações. Além disso, as informações estão disponíveis no banco de dados da empresa fomentadora.

2.4. b) existência de controles ou contratos de compra e venda do produto florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Foram evidenciados contratos adequados de compra e venda de madeira em pé, aplicáveis à maior parte da madeira comercializada. O procedimento ASP-03 - Venda de Madeira do Produtor Florestal, 21/03/2014, revisão 04 estabelece e regulamenta a colheita e venda dos 3% do volume de madeira de eucalipto ou madeira particular para terceiros que não a empresa fomentadora.
2.4. c) existência de procedimentos de identificação do produto florestal na área de manejo florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo possui todas as áreas certificadas identificadas nos mapas das fazendas, sendo que a colheita florestal é realizada em momento distinto nas áreas não certificadas. No procedimento ASP-13 – Cadeia de Custódia (18/03/2014, revisão 06), item 3.11 – Segregação de material certificado, é descrita a identificação das áreas fora do escopo (plantios particulares) de forma a garantir a segregação do material certificado. No procedimento ASP - 03 - Venda de Madeira do Produtor Florestal (21/03/2014, revisão 04) são descritas no item 3.2.8.1 as declarações necessárias na nota fiscal de venda de madeira certificada.
2.4. d) existência de procedimentos de identificação, proteção e manuseio do produto florestal nos depósitos intermediários de armazenamento.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Não foram verificadas atividades de colheita florestal e carregamento de madeira durante a auditoria de campo. No entanto, o grupo informa que não existem depósitos intermediários de armazenamento, que também não foram evidenciados durante as visitas de campo.
2.4. e) existência de registros de controle de estoque.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo apresentou o relatório de controle de colheita e estoque por PPF.

Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica.
A organização deve manejar a plantação florestal de modo a minimizar os impactos negativos de sua atividade silvicultural sobre a flora e a fauna nativas. Deve zelar pela manutenção e pelo

aumento da diversidade biológica, atendendo aos critérios e indicadores estabelecidos.	
Critérios e indicadores	**Conclusões**
3.1. A introdução e a utilização de material genético devem ser realizadas de forma controlada e segundo normas de biossegurança. Deve haver experiência prévia com o material que, além de comprovar o potencial de produção florestal na região, permita que sejam avaliados os eventuais impactos ambientais.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
3.1. a) existência de programa implementado para ampliação da base genética.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Os produtores do grupo fazem parte do programa de fomento da empresa fomentadora, que fornece entre outros insumos as mudas para formação das plantações de eucalipto. As pesquisas de melhoramento são desenvolvidas pela empresa e os clones recomendados para o grupo são aqueles que apresentam histórico de crescimento e qualidade da madeira bem conhecido e estável nos diversos ambientes plantados. Com o objetivo de manter as florestas produtivas vigentes e manter a diversidade genética entre os clones, a fomentadora busca anualmente indicar um ou dois novos clones para os plantios comerciais, sendo que a entrada destes implica em retirada e/ou diminuição da área de outro.
3.1. b) existência de experiência prévia ou referencial, no local ou região, comprovando o potencial de produção florestal do material genético utilizado, para o objetivo desejado.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O manejo das plantações do grupo é composto por plantios formados 100% com clones de eucalipto obtidos a partir do cruzamento das espécies *E. grandis* e *E. urophylla*. Nas visitas de campo foi evidenciada a existência de uma diversidade de clones plantados nas propriedades do grupo.
3.1. c) existência de programa implementado de avaliação contínua de material genético alternativo.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Com o objetivo de manter as florestas produtivas e manter a diversidade genética entre os clones, a fomentadora busca anualmente indicar um ou dois novos clones para plantio comercial, sendo que a entrada destes implica em retirada e/ou diminuição da área de outro.
3.1. d) evidência de adequação a normas e técnicas de biossegurança, quando do uso de organismos	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐

geneticamente modificados em áreas de pesquisa. Organismos geneticamente modificados não podem ser utilizados em florestas plantadas comerciais.	Conforme entrevista com o responsável pela área e declaração no Plano de Manejo Florestal (rev. 05/2015), não são utilizados organismos geneticamente modificados na UMF. Todas as mudas de eucalipto são provenientes de métodos tradicionais de melhoramento genético.
NOTAS: N/A.	
3.2. As operações florestais e as obras de infraestrutura devem ser executadas considerando a proteção dos ecossistemas remanescentes. Ecossistemas únicos, com importância ambiental, arqueológica, histórica, cultural e social, reconhecida, devem ser preservados.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
3.2. a) os plantios florestais e as obras de infraestrutura devem ser estabelecidos em áreas já antropizadas ou nas áreas suscetíveis de supressão previstas pela legislação.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O planejamento de uso e ocupação do solo adotado pelo grupo é realizado a partir da elaboração de uma planta da fazenda, com indicação da classificação da vegetação existente. Após a demarcação das áreas de APP, são definidas as melhores áreas para demarcação da RL, levando em conta o tamanho e o estado de conservação dos fragmentos, com o objetivo de conexão com outras áreas vizinhas e o contexto geral da paisagem regional. Por meio de mapas e auditoria de campo não foram encontradas evidências de conversão de áreas florestais em plantações.
3.2. b) disposição e delineamento das plantações florestais intercaladas com a vegetação de ocorrência natural, contribuindo para a formação de corredores ecológicos, para a fauna estabelecida e migratória. O tamanho e a distribuição das áreas com vegetação de ocorrência natural devem ser identificados na fase preparatória do estabelecimento de novas plantações florestais, com base na avaliação social, ambiental e ecológica, bem como revistos durante as fases subsequentes de novos plantios.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Em auditoria de campo foi possível observar que o grupo prioriza a definição das melhores áreas para demarcação da reserva legal, visando à conexão com outras áreas e o contexto geral da paisagem entre os remanescentes de vegetação nativa.
3.2. c) existência de mapeamento ou demarcação dos habitats ou espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Evidenciou-se que os remanescentes florestais naturais, que contêm os habitats de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, são naturalmente demarcados e se encontram identificados nos mapas de cada propriedade.

3.2. d) evidência de restrição de acesso e implementação de vigilância nas áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Foram evidenciadas medidas de proteção nas áreas de conservação através de medidas preventivas de combate a incêndios florestais e outras situações de emergência, vigilância visando coibir a extração ilegal de madeira nativa e a atividade de caça, bem como avisos e placas afixadas nas vias de acesso sobre tais restrições. Caso necessário, também é realizado o isolamento por meio da instalação de cercas nas áreas de plantio, RL e APPs. Mapas de todas as fazendas dos produtores rurais possuem o mapeamento e localização das suas áreas de plantio, de RL e APPs e demais construções.
3.2. e) existência de mapeamento, demarcação e proteção dos sítios históricos, arqueológicos, de valor cultural e social.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Nas fazendas do grupo não foram identificadas, através dos levantamentos realizados, áreas com sítios históricos, arqueológicos, de valor cultural e social.
3.2. f) identificação das unidades de conservação existentes na área de influência do empreendimento.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo identifica todas as unidades de conservação existentes na área de atuação (Mapa de Localização de Comunidades – G3; Plano de Manejo Florestal, rev. 05/2015, item 3.3.3 Meio Biótico).
3.2. g) evidência de ações para recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal que estejam degradadas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Levantamentos específicos para recuperação de áreas degradadas são realizados por empresa contratada especializada em questões ambientais que descreve as ações que deverão ser tomadas. Os relatórios apresentados (PREV – Plano de Revegetação e/ou Enriquecimento da Vegetação) orientam que se faça primeiramente o isolamento das áreas a serem recuperadas, para posterior realização de monitoramentos com o objetivo de avaliação da qualidade da regeneração natural. Dependendo desta avaliação plantios podem ser recomendados com espécies nativas de ocorrência na região, conforme descrito nos relatórios apresentados. Áreas amostrais em

	processo de recomposição foram visitadas durante as auditorias de campo.
3.2. h) conversão de florestas e outras formas de vegetação nativa em outros tipos de uso da terra, incluindo a conversão de florestas primárias para plantações florestais, não pode ocorrer, a menos que em circunstância justificadas, onde a conversão: - esteja em conformidade com a política e legislações nacional, regional e local pertinentes ao uso da terra e ao manejo florestal, assegurada a consulta às organizações e pessoas diretamente envolvidas; e - abranja uma pequena proporção do tipo de floresta; e - não tenha impactos negativos significativos sobre espécies ameaçadas, ecossistemas ameaçados (incluindo vulneráveis, raros ou em perigo), áreas cultural e socialmente significativas, habitats importantes de espécies ameaçadas ou outras áreas protegidas; - contribua para a conservação a longo prazo e/ou traga benefícios socioeconômicos relevantes. NOTA: As plantações florestais estabelecidas em áreas onde houve a conversão de florestas e outras formas de vegetação nativa após 31 de dezembro de 2010, não sendo em “circunstâncias justificadas”, não são elegíveis para a certificação. Esta data decorre de uma recomendação do PEFC, todavia cabe observar a legislação brasileira aplicável.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Não foram encontradas em campo evidencias de conversão de áreas de florestas nativas em plantações. Fotos de imagens de satélites e ortofotos/cartas foram apresentados, não tendo sido evidenciada a conversão de áreas.
3.2. i) evidência de que a organização considera a conversão de terras agrícolas abandonadas em florestas toda vez que possa trazer benefícios econômicos, ecológicos, sociais e/ou culturais.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O planejamento de uso e ocupação do solo adotado pelo grupo é realizado a partir da elaboração de uma planta da fazenda, com indicação da classificação da vegetação existente. Após a demarcação das áreas de APP, são definidas as melhores áreas para demarcação da RL (levando em conta o tamanho e o estado de conservação dos fragmentos) com o objetivo de conexão com outras áreas vizinhas e o contexto geral da paisagem regional.
NOTAS: N/A.	

3.3. Devem ser adotadas técnicas de proteção florestal e de manejo integrado de pragas e doenças.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
3.3. a) existência de plano integrado de manejo de pragas e doenças.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A empresa fomentadora é a responsável pelo controle de pragas e doenças dos produtores florestais do grupo. Foi apresentado o plano integrado de proteção florestal, revisão 07, bem como os procedimentos: PG-TFL-005 – Controle Emergencial de Pragas Florestais, rev.00 e o Procedimento para Avaliação e Controle de Ferrugem_v4.
3.3. b) existência de sistema de prevenção, vigilância e controle de incêndios florestais, próprio ou em parceria e, no caso de emprego do fogo, adoção de medidas eficazes de controle, com acompanhamento técnico.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ As florestas do grupo são monitoradas por treze torres de vigilância localizadas em pontos estratégicos dentro da base florestal da empresa fomentadora. No caso de incêndio detectado a brigada de combate a incêndios é acionada e um relatório do ocorrido é emitido. (Fichas de Ocorrência de Incêndios Florestais; ASP-15 – Programa de Controle de Emergências, rev. 03).
3.3. c) existência de monitoramento e registro de condições meteorológicas e de pragas e doenças.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A empresa fomentadora é a responsável pelo controle de pragas e doenças e realiza os monitoramentos meteorológicos dos produtores florestais do grupo.
3.3. d) evidência de procedimentos que visem minimização do emprego de produtos químicos no controle de pragas e doenças.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo, através da fomentadora, faz o uso racional de defensivos agrícolas. As medidas de controle adotadas obedecem à seguinte ordem de prioridade: controles biológicos, controles alternativos aos métodos químicos e defensivos químicos seletivos de menor toxicidade (Plano de Manejo Florestal, rev. 05/2015, item 4.5.4 Controle de Pragas e Doenças; Plano de Proteção Florestal, revisão 7).
3.3. e) existência de medidas de prevenção ou controle de pragas ou doenças via agentes de controle biológico naturais, além de técnicas silviculturais, de genética, físicas e mecânicas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Como já evidenciado, as medidas de controle de pragas e doenças adotadas obedecem à

	seguinte ordem de prioridade: controles biológicos, controles alternativos aos métodos químicos e defensivos químicos seletivos de menor toxicidade.
NOTAS: N/A.	
3.4. Os ecossistemas naturais devem ser monitorados de modo a fornecer informações sobre seus recursos biológicos, para a confirmação ou revisão do plano de manejo. O nível de monitoramento deve ser compatível com a escala das operações.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
3.4. a) existência de levantamentos fitossociológicos e estudos da estrutura dos vegetais nativos remanescentes.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo realizou um diagnóstico ambiental com o objetivo de identificar áreas prioritárias para a implantação de atividades de monitoramento de fauna e flora. Para tanto, foram identificados os fragmentos mais representativos através da análise de paisagem em dados cartográficos, em que aquelas fazendas que apresentaram áreas naturais com mais de 70% de cobertura vegetal em estádio sucessional de médio a avançado foram visitadas observando-se os seguintes parâmetros: fitofisionomia, estágio sucessional e caracterização do estado de conservação.
3.4. b) existência de levantamentos ou inventários periódicos suficientes para detectar desequilíbrios na composição da fauna silvestre local.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Não foram identificadas no grupo propriedades com caráter relevante para a realização de monitoramentos de fauna e flora. Os monitoramentos realizados nas áreas da empresa fomentadora possuem amplitude regional que engloba a localização das fazendas dos produtores florestais. Entretanto, é realizado o monitoramento de fauna nas áreas dos produtores através de avistamento. Nas fazendas com a presença de trabalhadores residentes, o avistamento de animais é apontado em uma caderneta de registros. Nas fazendas sem trabalhadores e/ou moradores, os avistamentos devem ser encaminhados por meio de um relato da ocorrência juntamente com o relatório de vigilância da fazenda ou laudo de visita técnica, através de e-mail ou carta para a ASPEX.
3.4. c) evidência de incorporação dos resultados dos	Conformidade com o indicador:

levantamentos e inventários ao plano de manejo.	Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Foi evidenciada a incorporação dos resultados levantados pela fomentadora no plano de manejo do grupo (Plano de Manejo Florestal, rev. 05/2015, item 5.2 Sistema de Gestão Ambiental).
3.4. d) existência de listas de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, ocorrentes na área de manejo e vizinhança, e de planos para protegê-las.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A presença de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção é conhecida com fundamento nos estudos de escala regional disponibilizados pela entidade fomentadora do grupo. Foi evidenciada a disponibilidade das principais listas de tais espécies aplicáveis à região.
NOTAS: N/A.	
3.5. As áreas de relevante interesse ecológico, assim declaradas por legislação ou reconhecidas por seus excepcionais atributos naturais, socioculturais ou ambientais, devem ser mantidas e protegidas.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
3.5. a) existência de mapas e croquis que indiquem as áreas de preservação permanente e de reserva legal, com sua respectiva identificação.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo possui mapas para cada produtor identificando as APPs e RLs.
3.5. b) existência de práticas silviculturais ou procedimentos que visem à proteção, restauração e manutenção de áreas de relevante interesse ecológico.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante a auditoria de campo não foram verificados danos ou prejuízos às funções ecológicas e aos remanescentes naturais. O grupo protege suas áreas de remanescentes naturais e realiza a recuperação ambiental de áreas degradadas (PREV - Plano de Revegetação e/ou Enriquecimento da Vegetação). Foram visitadas durante a avaliação, de forma amostral, áreas em diferentes estágios de recuperação.
3.5. c) existência de medidas ou planos de conservação ou manejo de áreas de refúgio ou reprodução da fauna silvestre.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Evidenciou-se a adoção de medidas de proteção nas áreas de conservação incluindo medidas preventivas de combate a incêndios florestais e outras situações de emergência e medidas de vigilância visando coibir a extração ilegal de madeira nativa e a atividade de caça. Foram evidenciados, além disso, avisos e

	placas afixadas nas vias de acesso sobre tais restrições.
3.5. d) existência de monitoramento de espécies de plantas e animais invasores, que possam alterar o equilíbrio entre as espécies ocorrentes.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O monitoramento das áreas do grupo é realizado por meio de vistorias nas APPs e RLs objetivando sua detecção. As vistorias são realizadas por empresa especializada contratada ou pelos analistas florestais da fomentadora no mínimo uma vez por ano, incluindo as informações identificadas em campo e as recomendações dos métodos de controle baseados em um procedimento específico que determina as espécies que devem ser controladas e as melhores formas de controle (PG-SIL-011, Monitoramento Florestal, revisão 00 – 31/10/2016).
NOTAS: N/A.	
3.6. As atividades de caça e pesca devem ser controladas na área de manejo florestal, de acordo com a legislação vigente.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
3.6. a) existência de sistema de vigilância e de controle de caça e pesca.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo possui um sistema de vigilância visando coibir a extração ilegal de madeira nativa e a atividade de caça, bem como avisos e placas afixadas nas vias de acesso sobre tais restrições.
3.6. b) existência de instrumentos de sinalização e de advertência sobre o controle de caça e pesca.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Foram verificadas em campo placas de advertência indicando as áreas de APP e RL, visando evitar práticas de caça e pesca.
3.6. c) existência de medidas de favorecimento à procriação e movimentação da fauna silvestre local.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo possui um processo de planejamento do uso e ocupação do solo, por meio da elaboração da planta da fazenda, com indicação da classificação da vegetação existente; demarcação (de acordo com a legislação vigente), das áreas de APP, RL e outras áreas de conservação levando em conta o tamanho e o estado de conservação dos fragmentos, a possibilidade de conexão com outras áreas e o contexto geral da paisagem,

	como medida de favorecimento à fauna silvestre local.
3.6. d) existência de informações aos trabalhadores florestais sobre o controle de caça e pesca.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Foram apresentadas evidências de treinamentos ministrados aos trabalhadores, envolvendo o tema de caça e pesca. Nas entrevistas em campo, foi constatado que os trabalhadores florestais detêm informações sobre os procedimentos adotados auxiliando a evitar ou notificando a ocorrência de caça e pesca nas áreas do grupo, quando identificadas.
NOTAS: N/A.	

Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar **O manejo florestal e o programa de desenvolvimento tecnológico devem prever e adotar técnicas que considerem a conservação do solo, dos recursos hídricos e do ar.**	
Critérios e indicadores	**Conclusões**
4.1. O manejo florestal deve basear-se em planejamento ambiental prévio à utilização da área.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
4.1. a) evidência documentada da caracterização dos solos existentes na área de manejo florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A caracterização dos solos é realizada pela fomentadora e é desenvolvida por meio do PTEAS.
4.1. b) evidência documentada de caracterização dos recursos hídricos, considerando-se a(s) microbacia (s) onde se insere a área de manejo florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O PTEAS apresentado e desenvolvido pela fomentadora apresenta informações sobre os recursos hídricos dos PPFs. A sua caracterização também foi desenvolvida pela fomentadora e está apresentada no PMF, item 3.3.2 Meio Físico (ASP-14 Plano de Manejo G3_Rev05).
4.1. c) existência de procedimentos para seleção e locação de áreas de plantio e da malha viária.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação se utiliza dos procedimentos da fomentadora para orientar a construção e manutenção de estradas (PG-EFL-001 - Construção e Manutenção de Estradas_nc) e o plantio florestal (PO-03-SIL-007 02 - Plantação Florestal). Essas informações são conjugadas no PTEAS (PO-

	03-PLF-004 Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social) que estabelece o planejamento prévio dos limites dos talhões, áreas de preservação permanente e reserva legal, curvas de nível quando disponíveis e redes de estradas florestais (estradas principais, secundárias, ramais e aceiros).
4.1. d) evidência de que as atividades silviculturais são planejadas e executadas levando em consideração os dados climáticos locais.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O procedimento de silvicultura (PO-03-SIL-008 07 - Formação Plantio Eucalipto) considera fatores climáticos para decisão da aplicação de agrotóxicos. Foi apresentada uma amostra dos registros de monitoramentos de condições meteorológicas, no PTEAS (Caderno PTEAS).
4.1. e) evidência de que a identificação das áreas de importância ambiental leve em consideração as peculiaridades do solo e dos recursos hídricos da área.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ No PTEAS e mapas de campo dos PPFs estão identificadas as áreas de conservação de bacias hidrográficas e de conservação ambiental.
NOTAS:	
4.2. Devem ser adotadas práticas de conservação, monitoramento e manutenção dos recursos hídricos e edáficos. O monitoramento e a reposição de nutrientes do solo devem considerar as taxas de exportação de nutrientes ocasionadas pela retirada da madeira e aproveitamento dos resíduos da colheita.	
Considerações em nível de critério: não atendido.	
4.2. a) evidência de adoção de técnicas que visem a conservação do solo.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ As técnicas conservacionistas passam por todas as operações florestais, como pode ser observado na matriz de aspectos e impactos ambientais. No plantio as praticas de conservação baseiam-se na utilização do sistema mínimo de cultivo, considerando a manutenção dos resíduos florestais no campo. Na colheita florestal, a fomentadora utiliza o sistema de *harvester* e *forwarder*, que mantém dentro do talhão florestal os resíduos da colheita (cascas, folhas e galhos finos) que protegem e melhoram as características físicas e nutricionais do solo. Durante o procedimento de colheita, a máquina florestal caminha por esse “colchão” de resíduos, minimizando o impacto sobre o solo.

4.2. b) existência de procedimentos de adubações de base ou de cobertura que considerem: - as exigências nutricionais das espécies plantadas; - os níveis de elementos essenciais existentes no solo; - as características intrínsecas de cada fertilizante; e - as condições climáticas existentes.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O PMF (ASP-14 Plano de Manejo G3_Rev05) descreve o "Monitoramento da Fertilidade do Solo e da Nutrição dos Povoamentos de Eucalipto", que é realizado em todos os talhões do grupo por meio da coleta de solo pré-plantio em áreas de reforma e após o talhonamento em áreas de implantação. As amostras são analisadas em laboratório e seus resultados e recomendações resultantes contemplam os parâmetros estabelecidos pelo indicador.
4.2. c) existência de monitoramento dos parâmetros qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e edáficos relevantes.	Conformidade com o indicador: Sim ☐ Não ☒ N/A ☐ A Organização não estabeleceu monitoramentos relativos a todos os impactos ambientais sobre remanescentes e recursos hídricos ocasionados pelas operações de manejo. Durante as visitas de campo foram observadas algumas estradas internas dos PPFs que não são usadas para a colheita florestal e não são monitoradas pela Organização. Em alguns pontos, essas estradas possuem erosões cujos resíduos causaram impactos moderados nos recursos hídricos próximos. Embora a Organização desenvolva relatórios de auditoria interna e monitoramento de erosão esses pontos não haviam sido detectados e, portanto, não existia um plano de ação para mitigar esses impactos. **(NCR #01/16).**
4.2. d) evidência de que a malha viária e aceiros são mantidos em condições que não favoreçam a erosão.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação em parceria com a fomentadora desenvolveu procedimentos para construção e manutenção de estradas (PO-03-EFL-001 – Construção e Manutenção de Estradas, revisão 03, 18/11/15). As visitas de campo evidenciaram, em geral, estradas e aceiros em condições adequadas de conservação.
NOTAS: (NCR #01/16).	
4.3. A organização deve adotar uma política de uso racional de produtos agrotóxicos, óleos e combustíveis em geral.	
Considerações em nível de critério: atendido.	

4.3. a) evidência de que são observadas as recomendações técnicas para o manuseio, preparação e aplicação de produtos agrotóxicos necessários para as operações florestais.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo utiliza os seguintes procedimentos da fomentadora para a recomendação técnica de manuseio, preparação e aplicação de produtos tóxicos: PO-03-SIL-008, Formação de Plantios de Eucalipto (revisão 07, 15/07/15), PO-03-SIL-005, Transporte de Defensivos Agrícolas (revisão 01, 24/08/15) e PG-SIL-010, Manejo de Formigas Cortadeiras (revisão 00, 09/05/16).
4.3. b) existência de registros da utilização de produtos agrotóxicos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ A fomentadora apresentou todos os registros de controle de produtos químicos (Arquivo anexos e tabelas_2015) para os ingredientes ativos sulfluramida, isoxaflutole e glifosato.
4.3. c) evidência de que não são utilizados produtos agrotóxicos banidos de acordos internacionais ou legislações vigentes no país. É proibido o uso dos pesticidas Tipo 1A e 1B (OMS), dos hidrocarbonetos clorados, bem como de quaisquer agrotóxicos banidos por acordos internacionais, como aqueles abordados pela Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, de 2001, o uso de outros pesticidas altamente tóxicos é proibido, exceto quando não houver alternativa viável disponível.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo evidenciou a participação em pesquisas visando a otimização do uso de agrotóxicos, além de declarar que prioriza as alternativas de controle biológico. A fomentadora não se utiliza de produtos proibidos pela União Européia e pela Organização das Nações Unidas. Os produtos atualmente empregados são os menos agressivos ao meio ambiente considerando as alternativas tecnicamente viáveis e disponíveis (Arquivo anexos e tabelas_2015).
4.3. d) evidência de que os técnicos e os trabalhadores florestais que manuseiam ou aplicam produtos agrotóxicos são habilitados e fazem isso utilizando os equipamentos de proteção individual apropriados.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante as visitas de campo e entrevistas com funcionários e seus dependentes foi observado que o grupo de certificação adota como procedimento geral a não manipulação de agrotóxicos. Para o controle de pragas e doenças florestais o PPF contrata uma EPS cadastrada especializada.
4.3. e) evidência de que o armazenamento dos produtos agrotóxicos, óleos e combustíveis obedece às recomendações dos fabricantes e legislação vigente.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante as visitas de campo e análise das dependências dos PPFs, foi observado que não havia agrotóxicos sendo armazenados no campo. As EPS que fazem aplicação são as responsáveis pelos manejo desses produtos.

4.3. f) evidência de que o transporte dos produtos agrotóxicos, óleos e combustíveis obedece às recomendações dos fabricantes e legislação vigente.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O procedimento PO-03-SIL-005 (24/08/15, revisão 01) estabelece a rotina de transporte dos defensivos agrícolas para prevenção do risco de derramamentos ou vazamentos que venham contaminar o solo e/ou águas, de acordo com as legislações aplicáveis e recomendações dos fabricantes.
4.3. g) existência de procedimentos de utilização de produtos agrotóxicos que considerem as condições climáticas, edáficas e topográficas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O procedimento (PO-03-SIL-008, Formação de Plantios de Eucalipto, revisão 07, 15/07/15), considera as condições climáticas e topográficas na aplicação de produtos agrotóxicos.
4.3. h) existência de procedimentos de manutenção de equipamentos utilizados na aplicação de produtos agrotóxicos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O procedimento (PO-03-SIL-008, Formação de Plantios de Eucalipto, revisão 07, 15/07/15), considera a manutenção de equipamentos na aplicação de produtos agrotóxicos.
4.3. i) existência de procedimentos de controle e destinação de resíduos e embalagens de acordo com a legislação.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Os procedimentos IT-07-RES-006, Manuseio, Armazenagem de Insumos e Descarte de Resíduos (revisão 01, 14/11/15), PC-02-PGA-001, Gestão de Resíduos Sólidos (revisão 03, 13/09/16) estabelece que todas as embalagens, resíduos não orgânicos líquidos e sólidos sejam destinadas na sede da associação. O grupo apresentou documentação de registro do estabelecimento responsável pelo tratamento dos resíduos, bem como a Licença de Operação, válida até 20/02/2018. Não foram observadas irregularidades durante as visitas de campo.
4.3. j) evidência de controle de uso de fertilizantes, se estes foram usados.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O controle do uso de fertilizantes (Fertilizantes_2014_2015_PPF) é realizado pela fomentadora e monitorado para cada PPF.
NOTAS: N/A.	
4.4. A organização deve adotar e implementar uma política para a redução ou o tratamento adequado de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões gasosas.	

Considerações em nível de critério: atendido.	
4.4. a) existência de um sistema implementado de coleta seletiva de resíduos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante as visitas de campo aos PPFs, foi observada a implementação de um sistema de coleta seletiva de resíduos, segundo o procedimento (PC-02-PGA-001, revisão 03, 13/09/16). Os resíduos provenientes das atividades cotidianas são separados na origem e entregues na sede da ASPEX que realiza o controle da entrega e encaminha à empresa Recicla Legal. Quando são realizadas atividades florestais, todo o resíduo gerado pelas EPS também é separado na origem e encaminhado para a fomentadora.
4.4. b) evidência de que os resíduos perigosos são destinados para tratamento adequado.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Os resíduos perigosos provenientes das atividades cotidianas são separados na origem e entregues na sede da ASPEX, onde é realizado o controle da entrega e encaminhamento à empresa Recicla Legal. Nas atividades florestais, todo resíduo gerado pelas empresas prestadoras de serviços é separado e encaminhado para a empresa fomentadora (ASP-04, Monitoramento e Controle, revisão 14, 20/01/15).
4.4. c) evidência de que os resíduos e demais efluentes líquidos são tratados e dispostos de acordo com a legislação vigente.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Na sede da fomentadora, uma empresa contratada é responsável pela coleta e destinação destes resíduos a uma central de resíduos que faz o tratamento e destinação final mais adequada para cada tipo de material, observando a maior eficiência na reciclagem e o menor impacto ambiental possível.
4.4. d) existência de planos de controle e monitoramento de derrames ou vazamentos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O plano de controle e monitoramento de derrames ou vazamentos (PR-06-SST-007, Programa de Controle a Emergências Florestais, revisão 03, 11/06/15) e o procedimento ASP-15 - Programa de Controle de Emergências (revisão 03, 14/03/15) estabelecem a sistemática de ações a serem

	adotadas para controle de emergências que ocorram nos imóveis dos produtores florestais associados à ASPEX.
4.4. e) evidência de um programa de monitoramento e controle de emissões gasosas de veículos e equipamentos florestais movidos a óleos combustíveis.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo possui um monitoramento de fumaça preta (PG-PGA-007 – Monitoramento de Fumaça Preta, revisão 00, 31/10/16) que analisa o grau de enegrecimento da fumaça expedida pelo escapamento dos veículos de carga e/ou transporte de passageiros, assim como fontes estacionárias. O controle de fumaça preta dos veículos e fontes estacionárias é realizado utilizando-se o cartão de escala reduzida de *Ringelmann* com o braço estendido. Será considerado "não regulado" o veículo que em movimento durante cinco segundos ou mais, apresentar emissão de fumaça preta superior ao padrão número 2 do cartão de escala.
NOTAS: N/A	

Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal **Deve haver uma política de relacionamento com os trabalhadores florestais e comunidades locais, bem como evidências dos benefícios da atividade florestal nos aspectos sociais, ambientais e econômicos.**	
Critérios e indicadores	**Conclusões**
5.1. A organização deve incentivar programas de interesse comunitário, a fim de melhorar as condições de vida da comunidade local.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
5.1. a) evidência da identificação dos aspectos sociais e econômicos sobre os quais se possa ter influência e os impactos decorrentes.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação apresentou as planilhas de aspectos e impactos ambientais e sociais desenvolvidas, identificando nas atividades florestais os impactos potenciais e reais. Para cada impacto identificado foi elaborado um controle baseado em procedimentos elaborados pelo grupo para sua mitigação.
5.1. b) evidência de ações para evitar, mitigar ou, quando aplicável, compensar impactos sociais e econômicos negativos significativos decorrentes.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante as visitas de campo e análises documentais não foram identificados impactos

	decorrentes das atividades e operações do grupo. Foram desenvolvidos mecanismos para a identificação dos impactos sociais causados, bem como para a identificação das medidas de controle e mitigação (ASP-05 - Ações Corretivas e Preventivas, rev.03; ASP-06 Gestão de Conflitos para Produtores Florestais, rev. 03; ASP-07 - Comunicação com Partes Interessadas Aspex - Rev 04 e ASP-15 - Programa de Controle de Emergências_Rev 03).
5.1. c) evidências de medidas para potencializar impactos sociais e econômicos positivos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo desenvolve algumas ações de interação social, promovendo parcerias para promoção de cursos de capacitação de comunidades locais e orientações mínimas sobre saúde, segurança e meio ambiente. Além disso, tem promovido a realização de eventos para incentivar o uso múltiplo da madeira produzida pelos produtores rurais.
5.1. d) evidência de que os hábitos e costumes não predatórios das populações locais, tradicionais e indígenas são respeitados.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo identificou e mapeou as principais comunidades e populações locais que estão no entorno das propriedades. Com base nesse levantamento não foram identificadas comunidades indígenas ou tradicionais em distância inferior a 300 metros das operações de manejo florestal. Durante as visitas de campo e entrevistas com membros das populações locais diretamente afetadas, verificou-se que os costumes são respeitados (PTEAS – Projeto Técnico, Econômico Ambiental e Social).
5.1. e) evidência de que a propriedade intelectual das populações tradicionais e indígenas é respeitada.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Não foram evidenciados usos de conhecimentos tradicionais nas atividades de manejo.
5.1. f) evidência de que é dada prioridade à participação de moradores das comunidades locais nas diferentes atividades relacionadas à área de manejo florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante as visitas de campo e entrevistas com os trabalhadores, constatou-se que as empresas prestadoras de serviço contratam

	trabalhadores na região de atuação do grupo.
5.1. g) existência de ações que incentivem empreendimentos locais.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo tem promovido eventos para incentivar o uso múltiplo da madeira produzida pelos produtores rurais. Adicionalmente, cerca de 3% da madeira produzida é utilizada pelos produtores para usos diversos, como comercialização em serrarias locais (caixarias), construção de cercas entre outros usos.
5.1. h) existência de programas implementados de saúde, alfabetização, segurança e higiene dos trabalhadores florestais, acessíveis a seus dependentes diretos.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Foi observado em uma única propriedade o descarte de fraldas usadas pelos moradores de maneira não satisfatória para garantir a segurança e higiene dos mesmos. A pontualidade do evento justificou a aplicação de uma observação (OBS #02/16).
5.1 i) existência de ações que incentivem programas de educação ambiental desenvolvidos junto às comunidades locais.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Além das consultas realizadas pela fomentadora, o grupo evidenciou o desenvolvimento de uma ação de educação ambiental no dia das crianças em uma comunidade local.
5.1. j) existência de programas implementados de educação ambiental para os trabalhadores do empreendimento.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo realiza atividades de educação ambiental com os trabalhadores, orientando-os quanto à higiene pessoal, separação do lixo e cuidados com a proteção dos recursos ambientais. Durante as visitas de campo foi observado que os trabalhadores rurais receberam essas orientações.
NOTAS: OBS #02/16.	
5.2. A organização deve implantar programas de divulgação e de comunicação com as partes interessadas.	
Considerações em nível de critério: atendido.	
5.2. a) existência de procedimentos ou instrumentos para divulgação clara e objetiva das atividades e formas de atuação do empreendimento florestal.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A O grupo de certificação possui um resumo público de seu do plano de manjo florestal que define as atividades florestais e suas formas de atuação (Resumo Público, rev.05).
5.2. b) evidência de programas implementados de	Conformidade com o indicador:

consulta e comunicação entre a organização e as partes interessadas, externas e internas.	Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificações realizou o mapeamento geral de comunidades e foram realizadas visitas de apresentação e entrega do resumo público do plano de manejo, visando a apresentação do processo de certificação florestal. Durante as entrevistas de campo foi observada a entrega dos resumos públicos, registrada também por meio de um protocolo de entrega assinado pelas partes interessadas que os receberam.
5.2. c) evidência de recebimento, análise e respostas a questionamentos e de medidas conciliatórias que visem à resolução de conflitos entre o responsável pela área de manejo florestal e as partes interessadas, externas e internas.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ O grupo de certificação possui uma planilha para registros de ocorrências e recebimentos de comentários (Arquivo_ Planilha de registro de ocorrência – ASPEX 2014/2015). O grupo também elaborou procedimentos para comunicação com partes interessadas (ASP-07 - Comunicação com Partes Interessadas, rev. 04). Não foram evidenciados casos de conflitos entre o grupo de certificação e partes interessadas externas ou internas.
5.2. d) evidência de bom relacionamento com organizações representativas da comunidade locais, órgãos governamentais e entidades afins.	Conformidade com o indicador: Sim ☒ Não ☐ N/A ☐ Durante o período de auditoria e análise documental foi observado que o grupo de certificação possui um bom relacionamento com as organizações das comunidades locais, sindicatos, órgão não governamentais, entre outros. O grupo possui uma planilha dos contatos dos representantes locais, registros de comentários externos, bem como procedimentos implantados para o recebimento e tratativa de manifestações (Arquivo_ Relatório de Contatos SITE ASPEX; Arquivo_ Planilha de registro de ocorrência – ASPEX 2014/2015; ASP-07 - Comunicação com Partes Interessadas, rev. 04).
NOTAS: N/A.	

ANEXO IV – Critérios de elegibilidade para certificação de grupo de produtores florestais

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com os critérios para elegibilidade de grupo de produtores florestais, conforme exigência da ABNT NBR 14789:2012.

A.1 Nos casos em que um proprietário florestal individual possua certificação de manejo florestal sustentável no âmbito de um sistema de certificação não reconhecido pelo PEFC, seja individualmente ou em grupo, as não conformidades identificadas sob um regime de certificação de manejo florestal sustentável devem ser abordadas em qualquer outro sistema de certificação de manejo florestal sustentável que o proprietário florestal possua.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: o grupo de certificação possui além do selo Cerflor, o selo FSC. As não conformidades identificadas no sistema Cerflor foram abordadas também no sistema FSC.	
A.2 A conformidade dos participantes do grupo em relação a este documento e às normas ABNT NBR 14789 ou ABNT NBR 15789 deve ser administrada centralmente e submetida à análise crítica pela entidade responsável do grupo de produtores florestais.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: os produtores florestais são organizados em uma associação (ASPEX) que centraliza a administração do grupo. Durante as entrevistas os proprietários e envolvidos com a certificação dos grupos demonstraram conhecimento sobre os procedimentos adotados. O grupo disponibiliza treinamentos e realiza reuniões periódicas sobre a certificação em grupo para os seus membros.	
A.3 A entidade de grupo possui as seguintes funções e responsabilidades:	
a) Representar a organização do grupo de produtores florestais no processo de certificação, inclusive nas comunicações e relações com o organismo de certificação, apresentação de solicitação de certificação e relação contratual com o organismo de certificação.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: cada produtor membro da ASPEX assina um contrato de adesão e deve seguir procedimentos específicos. As declarações de consentimento constam no procedimento ASP 19 – Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, nas fichas de adesão ao grupo e nos contratos e termos de adesão existentes.	
b) Estabelecer um compromisso, em nome da organização do grupo de produtores florestais, para cumprir com os requisitos constantes neste documento e nas normas ABNT NBR 14789 ou ABNT NBR 15789.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: no procedimento ASPEX ASP 19 - Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, os produtores membros do grupo de certificação compartilham responsabilidades, principalmente no que se refere ao manejo e à cadeia de custódia florestal.	
c) Estabelecer procedimentos escritos para a gestão da organização do grupo de produtores florestais.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: o grupo possui o procedimento ASP 19 – Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, que rege a sua gestão.	
d) Manter os registros: - da conformidade da entidade de grupo e dos participantes do grupo com relação aos requisitos deste documento e das normas ABNT NBR 14789 ou ABNT NBR 15789; - de informações de todos os participantes do grupo, incluindo os seus contatos, identificação de sua propriedade florestal e seu tamanho;	Sim ☒ Não ☐

- da área certificada; - da implementação de um programa de monitoramento interno, a sua análise crítica e as ações preventivas e corretivas adotadas.	
Evidências: no procedimento ASPEX ASP 19 - Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, os produtores membros do grupo de certificação compartilham responsabilidades, principalmente no que se refere ao manejo e à cadeia de custódia florestal. O administrador do grupo apresentou informações de todos os participantes relativas às áreas certificadas, incluindo a identificação das propriedades e de sua dimensão (Arquivo_Fundiário). Foi observado também que o grupo realiza monitoramentos internos, verificando todos os itens exigidos pela norma. A verificação dos membros do grupo é anual e o procedimento que descreve o sistema de monitoramento é o ASP 09 – Auditoria em Produtores Florestais, revisão 03.	
e) Estabelecer relações com todos os participantes do grupo baseadas em acordo escrito que incluirá o compromisso dos participantes do grupo em cumprirem os requisitos deste documento e das normas ABNT NBR 14789 ou ABNT NBR 15789. A entidade de grupo deve ter um contrato escrito, ou outro acordo escrito, com todos os participantes do grupo, garantindo o direito da entidade de grupo para implementar e aplicar as medidas corretivas ou preventivas e para iniciar a exclusão de qualquer participante do grupo do escopo da certificação, no caso de não-conformidade não sanada. **Nota: os requisitos para "compromisso dos participantes do grupo" e "contrato escrito, ou outro acordo escrito, com todos os participantes do grupo" também podem ser atendidos pelo compromisso e pelo acordo escrito da associação dos proprietários e gestores florestais, quando a associação puder demonstrar que tem um mandato legal para representar os participantes do grupo e quando o seu compromisso e os termos e condições do contrato forem aplicáveis.**	Sim ☒ Não ☐
Evidências: cada produtor membro da ASPEX assina um contrato de adesão e deve seguir procedimentos específicos. As declarações de consentimento constam no procedimento ASP 19 – Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, nas fichas de adesão ao grupo e nos contratos e termos de adesão existentes.	
f) Fornecer aos participantes do grupo o documento comprobatório da participação no grupo de certificação florestal.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: cada membro do grupo realiza a assinatura de um contrato de participação e adesão à ASPEX, que vincula o prodtor ao atendimento de seus procedimentos internos e comprova sua participação no grupo certificado.	
g) Fornecer a todos os participantes do grupo informações e orientações necessárias para a efetiva implementação dos requisitos deste documento e das normas ABNT NBR 14789 ou ABNT NBR 15789.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: o procedimento ASP 19 – Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, em seus itens 7 e 8, define o pessoal responsável pela implementação de cada procedimento existente. Foi observado que houve treinamentos específicos sobre a certificação em grupo Cerflor e sobre o plano de manejo do grupo junto aos seus proprietários membros.	
h) Implementar um programa de monitoramento interno, com periodicidade anual, que forneça confiança suficiente na conformidade de toda a organização do grupo de produtores florestais com os requisitos de certificação. **Nota: todos os participantes do grupo devem ser submetidos ao programa de**	Sim ☒ Não ☐

monitoramento interno.	
Evidências: evidenciou-se que o grupo realiza monitoramentos internos em período anual, verificando todos os itens exigidos pela norma. A verificação dos membros do grupo é anual e o procedimento que descreve o sistema de monitoramento é o ASP 09 – Auditoria em Produtores Florestais, revisão 03 (Arquivo_monitoramento_ RELATÓRIO_COMPLETO).	
i) Realizar avaliação crítica com base nos requisitos de certificação, incluindo a revisão dos resultados do programa de monitoramento interno e das auditorias do OAC, as medidas corretivas e preventivas e a avaliação da eficácia das ações corretivas tomadas.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: os resultados dos monitoramentos geram relatórios de não conformidades, utilizados pela organização para a realização de avaliações críticas.	
j) Informar imediatamente ao OAC, quando da inclusão ou exclusão de algum membro.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: o grupo tem fornecido à OAC informações tempestivas sobre a entrada e a saída de seus membros.	
A.4 Os participantes do grupo possuem as seguintes funções e responsabilidades:	
a) Realizar acordo escrito com a entidade de grupo, incluindo um compromisso com a conformidade em relação aos requisitos de certificação. **Nota: a exigência de "acordo escrito" e "compromisso" dos participantes do grupo é também atendida por meio de acordo escrito da associação de proprietários e gestores florestais com a entidade de grupo, quando a associação puder demonstrar que tem um mandato legal para representar os participantes do grupo e quando o seu compromisso e os termos e condições do acordo escrito são aplicáveis.**	Sim ☒ Não ☐
Evidências: todo produtor membro do grupo de certificação deve atender aos requisitos do procedimento ASP 19 – Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, que estabelece os direitos e deveres dos produtores quanto à ASPEX e à certificação florestal.	
b) Atender aos requisitos estabelecidos neste documento e nas normas ABNT NBR 14789 ou ABNT NBR 15789.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: no procedimento ASPEX ASP 19 - Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, os produtores membros do grupo de certificação compartilham responsabilidades, principalmente no que se refere ao atendimento às normas de certificação do manejo e à cadeia de custódia florestal.	
c) Prover plena cooperação e assistência em responder efetivamente a todas as solicitações, feitas pela entidade do grupo ou pelo OAC, referentes a dados relevantes, documentação ou outras informações, permitindo o acesso à UMF / AMF e outras instalações, quando da realização de auditorias, análise crítica ou outras ocasiões em que for necessário.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: durante a auditoria foi evidenciada a cooperação do administrador e de membros do grupo, entre si e para com o OAC. As áreas amostradas foram visitadas com o consentimento e colaboração deseus respectivos proprietários.	
d) Implementar ações corretivas e preventivas relevantes estabelecidas pela entidade do grupo.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: os resultados dos monitoramentos geram relatórios de não conformidades, nos quais o administrador do grupo garante a implementação das ações corretivas aplicadas0.	
A.5 Todo o grupo de produtores florestais deve atender, individualmente, aos	Sim ☒ Não ☐

requisitos da certificação. Deve ser emitido um único certificado em nome deste grupo, identificando todas as UMF ou AMF dos indivíduos ou organizações. Cópias do certificado podem ser fornecidas pelo OAC para os membros do grupo.	
Evidências: durante o período de auditoria foi observado que os produtores florestais atendem aos requisitos de certificação. Todo produtor membro do grupo de certificação deve atender aos requisitos do procedimento ASP 19 – Manual de Certificação em Grupo, revisão 03, que estabelece os direitos e deveres dos produtores quanto à ASPEX e à certificação florestal.	
A.6 No caso de um ou mais dos participantes do grupo da certificação de grupo de produtores florestais apresentar não conformidades em relação aos requisitos estabelecidos na ABNT NBR 14789 ou ABNT NBR 15789, o grupo perderá a certificação, se não forem implementadas as ações corretivas propostas.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: o administrador do grupo previu em seus procedimentos internos sanções e medidas que devem ser tomadas para assegurar o cumprimento das não conformidades identificadas.	
A.7 As auditorias de manutenção podem ser realizadas por amostragem, pelo OAC, desde que fundamentada tecnicamente, atendendo aos critérios contidos na documentação específica da CGCRE.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: o grupo é composto por 15 produtores e 24 propriedades, sendo 07 proprietários com áreas totais entre 100 e 1.000 hectares e 08 proprietários com área total entre 1.000 e 10.000 hectares. Durante este processo de monitoramento foram visitados 10 membros do grupo certificado, sendo 08 entre 100 e 1.000 ha e 02 entre 1.000 e 10.000 ha.	
A.8 Ocorrendo modificação na composição do grupo de produtores florestais, assim que notificado, conforme estabelecido em A.3, alínea "j", o OAC deve comunicar a alteração à CGCRE.	Sim ☒ Não ☐
Evidências: sempre que há previsão de alteração na composição do grupo o Imaflora é comunicado. Sendo assim todos os procedimentos para alteração do escopo são adotados, incluindo a comunicação à CGCRE.	

ANEXO V – Análise crítica para decisão de certificação

De acordo com as informações da equipe de auditoria, evidências apresentadas nesse relatório (cumprimento dos requisitos da ABNT 14789), condução da auditoria Fase 1 e Fase 2 (dimensionamento de equipe de auditores, tempo de auditoria e constatações), tratamento de reclamações, análise dos documentos do processo de certificação e parecer dos membros da Comissão de Certificação, recomenda-se pela concessão da certificação para o EMF.

Nome do Aprovador: Leonardo Martin Sobral, Gerente de Certificação Florestal.